

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO E ECONOMIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

RIFEU CORRÊA

**INTERLIGAÇÃO DE OBJETIVOS E METAS EM PROGRAMAS
GOVERNAMENTAIS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA PARA
INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS
CAMPOS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA - PR

2020

RIFEU CORRÊA

**INTERLIGAÇÃO DE OBJETIVOS E METAS EM PROGRAMAS
GOVERNAMENTAIS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA PARA
INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS
CAMPOS**

Monografia de Especialização apresentada ao Departamento Acadêmico de Gestão e Economia, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de “Especialista em Gestão Pública Municipal” - Orientadora: Profa. Dra. Giovanna Pezarico

CURITIBA - PR

2020

TERMO DE APROVAÇÃO



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Gestão Pública Municipal



INTERLIGAÇÃO DE OBJETIVOS E METAS EM PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

por

RIFEU CORREA

Esta monografia foi apresentada às 14:00 do 28 de setembro de 2020 como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal** – Polo de São José dos Campos - SP, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Curitiba. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho **APROVADO**

Thiago Cavalcante Nascimento

Giovanna Pezarico

CAMILA LOPES FERREIRA

a autenticidade deste documento pode ser verificada através da URL:
<http://certificados.utfpr.edu.br/validar/3FDB93D9>

DEDICATÓRIA

Dedico a ideia desta pesquisa e sua formulação neste trabalho de conclusão a todos que de alguma forma buscam a melhoria na prestação dos serviços públicos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família e aos amigos, que contribuíram com ideias e artigos para a formulação deste trabalho. E em especial a toda dedicação da orientadora Profa. Giovanna Pezarico.

RESUMO

CORRÊA, Rifeu. Interligação de objetivos e metas em programas governamentais: uma análise do programa para infância e adolescência no município de São José dos Campos. 2020. 111 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal, Departamento Acadêmico de Gestão e Economia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2020.

Esta pesquisa tem como busca analisar os objetivos, indicadores e metas a partir da experiência do Programa municipal para Infância e Adolescência, recentemente aprovado, de forma a verificar como estas interligam-se com outros instrumentos de planejamento na esfera governamental municipal e em outros instrumentos de planejamento. Para tanto, o estudo buscou estruturar-se em termos de referenciais teóricos a partir dos conceitos de planejamento estratégico, governamental, elaboração de programas governamentais e indicadores de gestão. No que concerne ao percurso metodológico, o mesmo se caracteriza pela pesquisa qualitativa, utilizando como procedimento a pesquisa documental. As análises da pesquisa apontam que a etapa do planejamento é fundamental para anteceder e orientar a ação e a gestão cotidiana do Estado. A utilização de uma matriz lógica como modelo de planejamento e, a análise *ex ante*, orientam a decisão sobre a alternativa mais efetiva, eficaz e eficiente, para ações de criação, expansão e aperfeiçoamento de política pública. O uso de indicadores produz informações relevantes para as políticas públicas. E o monitoramento, a avaliação e o controle geram informações necessárias, permitindo realizar ajustes ao longo da execução. Os instrumentos de planejamento, com diretrizes estabelecidas em momentos diferentes do tempo, mas que encontram suas respectivas correspondências em outros Planos, vinculam-se estrategicamente, possibilitando uma melhor avaliação integrada, e permitindo que estas se tornem, de fato, metas de um plano de governo a ser alcançado, dentro de suas possibilidades e medidas, nas sucessivas gerações. O Programa municipal para Infância e Adolescência, demonstra que suas metas encontram referência em outros instrumentos importantes da gestão pública municipal e até mesmo em diretrizes internacionais, como é o caso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, implantado pela Organização das Nações Unidas.

Palavras-chave:

Gestão Estratégica. Planejamento Governamental. Orçamento Público.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo SMART.....	32
Figura 2 – Interligação do PMIA com outros instrumentos de planejamento.....	36
Figura 3 – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável: Diretriz 3 – Vida Saudável	107
Figura 4 – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável: Diretriz 4 – Educação de Qualidade	76
Figura 5 – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável: Diretriz 8 – Trabalho Digno e Crescimento Econômico	91
Figura 6 – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável: Diretriz 10 – Reduzir as desigualdades	96
Figura 7 – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável: Diretriz 16 – Paz e Justiça	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola – PMIA.....	25
Tabela 2 – Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola – PMIA.....	26
Tabela 3 – Percentual de pessoas que frequentam ou que já concluíram o ensino fundamental do município – PMIA.....	26
Tabela 4 – Percentual de alunos aprovados ou concluintes do ensino fundamental na rede municipal – PMIA.....	26
Tabela 5 – Número/Proporção de nascidos vivos segundo idade materna, de residentes em São José dos Campos, 2019 – PMIA.....	27
Tabela 6 – Principais violações de direitos de crianças e adolescentes no município – PMIA.....	27
Tabela 7 – Violações de direitos de crianças e adolescentes mais recorrentes por gênero e idade – PMIA.....	28

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Composição dos Indicadores por Projetos do PMIA.....	33
Quadro 2 – Síntese do Programa para Infância e Adolescência - PMIA.....	35
Quadro 3 – ODS e Projetos do PMIA	36
Quadro 4 – IEGM (i-Educ) e Projetos do PMIA.....	38
Quadro 5 – IEGM (i-Saúde) e Projetos do PMIA.....	40
Quadro 6 – Integração entre Metas/Diretrizes (ODS, PMIA, IEGM, PDDI)	42
Quadro 7 – Leis vigentes de planejamento orçamentário do município de São José dos Campos	46
Quadro 8 – Programas e Ações governamentais vigentes do município de São José dos Campos – Período de 2018 a 2021.....	47
Quadro 9 – Mapeamento das Metas do PMIA com demais instrumentos de planejamento.....	49
Quadro 10 – Mapeamento das Metas do PMIA com demais instrumentos de planejamento e responsáveis pelo monitoramento, avaliação e controle.....	56
Quadro 11 – Síntese das formas de avaliação das políticas públicas.....	61

LISTA DE SIGLAS

CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
IEGM	Índice de Efetividade da Gestão Municipal
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PDDI	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
PMIA	Plano municipal para Infância e Adolescência
PPA	Plano Plurianual
TCE/SP	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	PROBLEMA	13
1.2	JUSTIFICATIVA	13
1.3	OBJETIVOS	14
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1	– PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	16
2.2	– ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	16
2.3	– INDICADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS	17
2.4	– ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL – IEGM	18
2.5	– OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS	18
2.6	– PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO – PDDI	19
2.7	– PLANO MUNICIPAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – PMIA	20
3	METODOLOGIA	22
3.1	– CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	24
3.2	– PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	24
4	ANÁLISE DO PROGRAMA MUNICIPAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: O CASO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP	25
4.1	– DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA	25
4.2	– AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO MODELO LÓGICO E A SUA UTILIZAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DO PMIA	29
4.3	– INDICADORES DE RESULTADOS	30
4.4	– INTEGRAÇÃO COM O ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL - IEGM	37
4.5	– INTEGRAÇÃO COM AS DIRETRIZES DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO – PDDI	40
4.6	– INTEGRAÇÃO COM AS DEMAIS PEÇAS DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO (PPA, LDO e LOA)	44
4.7	– MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E CONTROLE	53
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
	REFERÊNCIAS	64
	ANEXOS	66

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo está vinculado à temática de Planejamento Estratégico Governamental no contexto dos programas governamentais elaborados na esfera municipal. De modo mais específico, está relacionado ao processo de acompanhamento de projetos desenvolvidos no âmbito do município de São José dos Campos – SP, e que procuram integração com diferentes áreas de atuação da gestão pública. Considerando que a gestão pública municipal é complexa e de que tal temática é ampla, propôs-se como recorte **analítico**, compreender a concepção da integração das metas do Plano municipal para a Infância e Adolescência (PMIA), com outros instrumentos de planejamento, considerando que é um documento que visa a promoção, a proteção e a defesa dos direitos da criança e do adolescente, aspectos contemplados em várias áreas da gestão pública. Nesse sentido,

A prática do planejamento tem como objetivo corrigir distorções administrativas, alterar condições indesejáveis para a coletividade, remover empecilhos institucionais e assegurar a viabilização de objetivos e metas que se pretende alcançar. Considerando tratar-se de uma das funções da administração, o planejamento é indispensável ao administrador público responsável. Nesses aspectos, planejar é essencial, é o ponto de partida para a administração eficiente e eficaz da máquina pública, pois a qualidade do mesmo ditará os rumos para a boa ou má gestão, refletindo diretamente no bem-estar da população (ANDRADE *et al.*, 2008, p. 1).

Ainda, para os autores, “[...] considerar a elaboração dos instrumentos de planejamento governamental como uma exigência formal, constitui um grande desafio para a implantação da cultura de planejamento na maioria dos órgãos públicos” (ANDRADE *et al.*, 2008, s.p.). Em síntese: onde e quando o planejamento no sentido forte e complexo do termo deixa de anteceder e orientar a ação e a gestão cotidiana do Estado, esta última se torna um fim em si mesma (CARDOSO JR., 2011b, p. 33). Do mesmo modo, o autor propõe uma reflexão para o que se implantou no Brasil como planejamento governamental:

O tipo de planejamento que se busca implementar a partir das diretrizes constitucionais de 1988 tem méritos, mas também problemas. O principal mérito talvez esteja concentrado na tentativa de transformar a atividade de planejamento governamental em processo contínuo da ação estatal, para o que parece que se tornara fundamental: reduzir e controlar – no dia a dia – os graus de discricionariedades intrínsecas desta atividade. Por sua vez, o principal problema talvez esteja refletido no diagnóstico – hoje possível, mas ainda não consensual – de que, ao se reduzir o horizonte de ação possível do planejamento para o curto/médio prazo, condicionando-o, simultaneamente, ao orçamento prévio disponível, acabou-se, na verdade, transformando esta atividade em mais uma ação operacional cotidiana do Estado, como são todas aquelas próprias da gestão ou da administração pública correntes (CARDOSO JR., 2011b, p. 20).

Além disso, a função de planejamento governamental foi convertida em um instrumento de planejamento, o Plano Plurianual (PPA), já instituído em toda a federação a partir da Constituição Federal de 1988. Tal estrutura de planejamento está organizada a partir dos seguintes princípios:

- a. A ideia de processo contínuo e pouco disruptivo: isso estaria garantido fazendo que o primeiro ano de gestão de determinado presidente tenha sempre de executar – programática e financeiramente – o último ano de planejamento previsto e orçado no PPA formulado pelo governante/governo imediatamente antecessor.
- b. A ideia de junção entre orçamento/orçamentação do plano (recursos financeiros) e sua execução/gestão propriamente dita (metas físicas): isso seria feito por meio de um detalhamento/desdobramento do plano geral em programas e ações setorialmente organizados e coordenados (CARDOSO JR., 2011b, p. 21).

Porém, ao longo da trajetória estabelecida entre a promulgação da Constituição Federal de 1988 até o momento presente, as perspectivas sobre o planejamento estratégico governamental têm se demonstrado desafiadora no contexto público municipal brasileiro. Nesse enfoque, o mesmo autor, indica que a função do planejamento governamental deve readquirir o seu *status* em diálogo permanente com a gestão pública.

A partir de tais concepções, é importante considerar a relação entre políticas públicas, planejamento estratégico governamental e avaliação de tais políticas e as formas que tem estabelecido diálogos necessários com processos de controle e acompanhamento dos mesmos, frente às necessidades de aprimoramento da gestão pública.

Diante deste panorama, o presente estudo tem como espaço de pesquisa o alinhamento de objetivos, indicadores e metas do *Programa para Infância e Adolescência* do município de São José dos Campos, com os demais instrumentos de planejamento instituídos, como o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) do município, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), e sua vinculação e acompanhamento com as demais peças de planejamento, o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Assim, o Plano Municipal para Infância e Adolescência, recentemente aprovado pela Lei Municipal n. 10.085, de 17 de fevereiro de 2020, se torna interessante, pois contempla vários temas em sua composição, como educação, esporte e lazer, atenção à saúde da criança, que são as áreas de maior destinação de recursos do orçamento do município, permitindo um mapeamento mais abrangente entre os instrumentos de planejamento. No caso em tela, perceber o processo de seu desenvolvimento atrelado às concepções de gestão por metas, permite

verificar os potenciais aprimoramentos da gestão pública, no contexto de programas específicos, alinhados aos fundamentos do planejamento estratégico governamental, garantindo a qualificação da implementação de políticas públicas.

1.1 PROBLEMA

Diante do exposto, a problemática do presente estudo tem como questão orientadora: como aprimorar o processo de interligação e acompanhamento de objetivos e metas estabelecidas em Programas Governamentais com outros instrumentos de planejamento, no caso do Programa para infância e adolescência do município de São José dos Campos - SP?

1.2 JUSTIFICATIVA

A justificativa do presente estudo, em termos de relevância teórica e prática parte de algumas considerações. A primeira é de que muitas Leis no âmbito municipal estabelecem as diretrizes, os indicadores, as metas, para melhoria de determinado Programa Governamental, nem sempre de forma interligada com outros instrumentos de planejamento. Ainda, há que se considerar que outros mecanismos norteadores começam a ser exigidos no âmbito da Gestão Pública, como é o caso do IEGM, instituído pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, ou como os ODS, instituídos pela Organização das Nações Unidas (ONU), que podem ser vinculadas a programas em todas as esferas governamentais, na busca de contribuição com as metas estabelecidas.

Além disso, as peças orçamentárias de planejamento, PPA, LDO e LOA, dentre outros documentos, estão voltados a busca da realização de metas estabelecidas e sua constante avaliação.

Do ponto-de-vista mais problemático sobre o tema, é importante ressaltar que o desafio desse processo reside no fato de que muitos dos instrumentos de planejamento, controle ou acompanhamento se encontram de forma separada e nem sempre de forma organizada e alinhada com o Programa de Governo, pulverizando informações relevantes que permitam verificar de forma mais efetiva o alcance pretendido pelas políticas públicas.

Assim, este trabalho de pesquisa procura contribuir com conceitos e análise de experiências que auxiliem na formulação de Programas Governamentais mais articulados com os Indicadores e Metas de outros instrumentos de planejamento. Além disso, se pretende como contribuição com a Gestão Pública Municipal quando da elaboração dos instrumentos de planejamento definidos na Constituição Federal.

1.3 OBJETIVOS

Objetivo geral:

Analisar o processo de interligação e acompanhamento de metas estabelecidas em programas governamentais com outros instrumentos de planejamento, a partir do caso do Programa para Infância e Adolescência do município de São José dos Campos – SP.

E para realizar este, iremos percorrer os seguintes objetivos específicos:

i) Descrever os processos de elaboração de Programas Governamentais, da esfera federal, sintetizando seu contexto para a esfera municipal;

ii) Descrever as sistemáticas de elaboração de indicadores e metas no contexto de Programas Governamentais;

iii) Relacionar os indicadores e metas previstas para o contexto da infância e adolescência a partir do programa aprovado para o município de São José do Campos – SP e os instrumentos de planejamento destinados à área da infância e adolescência.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conforme consta no Plano municipal para Infância e Adolescência, este apresenta elementos de Planejamento Estratégico, pois levou em consideração diversos atores sociais na sua elaboração, como diversas Secretarias municipais e seus específicos setores, Fundação Cultural Cassiano Ricardo, Fundação Hélio Augusto de Souza, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, Diretoria de Ensino, Poder Judiciário, Vara da Infância e Juventude – Ministério Público, Conselho Municipal de Cultura e Paz, Comissão Municipal Intersetorial de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, Hospitais Públicos e Privados, considerando múltiplas temáticas municipais (Educação, Saúde, Apoio Social, Esportes e Qualidade de Vida, Proteção ao Cidadão), buscando produzir resultados e gerar qualidade de vida aos beneficiados, através de seus Projetos, Metas e Ações.

O planejamento estratégico municipal (PEM) é um processo dinâmico e interativo para determinação dos objetivos, estratégias e ações do município. É elaborado por meio de técnicas administrativas diferentes e complementares, envolvendo de forma ativa os diversos atores sociais do espaço trabalhado. É formalizado para articular políticas federais, estaduais e municipais para produzir resultados no município e gerar qualidade de vida adequada aos seus munícipes. É um projeto urbano global que considera as múltiplas temáticas municipais e valoriza a forma participativa e contínua de pensar o município no presente e no futuro (RESENDE; ULTRAMARI, 2007, p. 265-266).

A partir de tais aspectos, é importante considerar suas relações com a gestão por metas no âmbito de programas governamentais.

De acordo com Lima (2007), seja por herança ou formação, na questão do foco da gestão há uma forte tendência a se valorizarem os processos em detrimento dos resultados nas organizações públicas. Essa é a essência da mudança necessária à gestão pública; o resto é metodologia, é técnica, é ferramenta, que hoje são umas e amanhã podem ser outras. É necessário, efetivamente, mudança de olhar e de abordagem da gestão pública. O setor privado, neste caso, é privilegiado: o lucro e a competitividade são facilmente quantificáveis e fornecem indicadores precisos para estabelecer objetivos e medir resultados. O setor público tem um desafio a mais: o lucro não é nem pode ser financeiro. Trata-se de ganho social, cujo demonstrativo de lucros e perdas é de difícil visualização (IPEA, 2013, p.11-12).

2.1 – PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O aprendizado de avaliação de Políticas Públicas, antes e depois de sua formulação, é complexo, sendo necessário um planejamento estratégico por parte dos municípios, no início de cada mandato, quando da elaboração de outros mecanismos de planejamento.

O presente trabalho sintetiza os aspectos envolvidos na elaboração de uma Política Pública, avaliando com especial interesse o Plano municipal para a Infância e Adolescência, suas metas e indicadores.

Aborda também as diretrizes dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, traçados pela Organização das Nações Unidas (ONU), as diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI), o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), itens que apresentam áreas vinculadas com o Programa municipal em questão, e como deverão ser mapeadas nas demais peças de planejamento (PPA, LDO e LOA), as quais efetivamente irão transformar em realização as metas estabelecidas.

A demonstração de que as metas estabelecidas no PMIA se encontram referenciada em outros instrumentos de planejamento governamental, possibilita que os resultados a serem alcançados possam fazer parte de um planejamento estratégico, alinhados ao Plano de Governo.

Os projetos e programas de governo devem estar em consonância com o planejamento estratégico, bem como com os objetivos de governo, para que eles não venham a perder sua prioridade em detrimento de outras ações integradas ao planejamento estratégico, ou mesmo pelo fato de, apesar de gerar produtos satisfatórios, não gerar resultados eficientes (CORRÊA, I. M., 2007, p. 499).

2.2 – ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A elaboração do PMIA, traz em seu escopo as Metas que deverão ser alcançadas ao longo de vários anos. Assim, a metodologia utilizada para sua formulação trará um entendimento mais abrangente para outros itens importantes na sua implementação.

Baseado em recente bibliografia da esfera federal, através do *guia prático de avaliação de políticas públicas*, publicado pela Casa Civil da Presidência da República, em parceria com o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União e o Instituto de Pesquisa

Econômica Aplicada (Ipea), para formulação e análise *ex ante* de políticas públicas, verificando suas especificidades e condições de implementação.

O fundamento da análise *ex ante* é orientar a decisão para que ela recaia sobre a alternativa mais efetiva, eficaz e eficiente (IPEA, 2018a, p. 11).

É de suma importância que os gestores e técnicos executem diretamente a análise *ex ante*, sendo recomendado que essas informações constem em nota técnica sobre o mérito da política em formulação, quando da elaboração de atos normativos acerca de propostas de criação, expansão e aperfeiçoamento de políticas públicas (IPEA, 2018a, p. 14).

A seguir, apresenta-se a descrição das ações que requerem a análise *ex ante*.

- 1) **Criação** de política pública: instituição de política pública que não faça parte da programação governamental vigente ou agregação e desagregação de políticas públicas já existentes, não tendo recebido dotação orçamentária anteriormente;
- 2) **Expansão** de política pública: ação que acarrete o aumento no valor da programação orçamentária da renúncia de receitas e de benefícios de natureza financeira e creditícia para ampliar política pública já existente;
- 3) **Aperfeiçoamento** de política pública: alteração no desenho de política pública já existente na programação governamental em execução, podendo ou não ocasionar aumento orçamentário (IPEA, 2018a, p. 13).

O PMIA foi composto pelo diagnóstico da área da Infância e Adolescência do município de São José dos Campos.

2.3 – INDICADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Um dos elementos importantes que compõe a estrutura geral do PMIA, são os Indicadores associados às Metas estabelecidas em cada um dos Projetos, que permitirá o acompanhamento destes durante os anos de implementação.

Indicadores são dados que possibilitam desde acompanhar o andamento até medir o cumprimento dos objetivos de uma política. Eles se referem à quantidade, à qualidade, ao cronograma e aos custos observados comparativamente. Uma vez fixados durante a elaboração *ex ante*, por meio de um modelo lógico, os indicadores definem quais dados devem ser coletados para que se possa realizar o acompanhamento da implementação e avaliação sobre a obtenção ou não dos resultados esperados (IPEA, 2018a, p. 101).

Na análise do PMIA, sua caracterização é composta por 24 indicadores de resultados.

2.4 – ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL – IEGM

Outro elemento importante no contexto da Gestão por Metas, diz respeito ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal.

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, através do IEGM, busca avaliar vários aspectos da gestão pública municipal no Estado. Abordando áreas como ensino, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, proteção ao cidadão e governança da tecnologia da informação. Anualmente os municípios devem responder a um questionário disponibilizado de forma online, com questões que abordam vários aspectos relacionados à área de atuação, e atribuindo uma pontuação para algumas questões, que irá resultar na nota final do município avaliado.

A atividade de fiscalização dos governos, na atualidade, exige dos órgãos de controle bem mais que a aferição da conformidade com as normas de execução orçamentária e de regularidade das despesas. O cidadão hoje reivindica – com legitimidade – o acesso a elementos de informação que lhe permitam avaliar os resultados das ações dos gestores públicos e sua adequação aos compromissos assumidos com a sociedade. Nessa perspectiva, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo realiza, o processo de apuração dos indicadores finalísticos destinados a compor o Índice de Efetividade da Gestão Municipal, instrumento que se dispõe a evidenciar a correspondência das ações dos governos às exigências das comunidades, inicialmente em sete especialidades: Educação, Saúde, Planejamento, Gestão Fiscal, Meio Ambiente, Proteção dos Cidadãos, Governança da Tecnologia da Informação (TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2020, s.p.).

Na análise do PMIA, observa-se que dentre os vários índices que compõe o IEGM, destacam-se dois principais, relacionados a área de Educação (*i-Educ*) e Saúde (*i-Saúde*), e buscam uma avaliação abrangente de várias questões de gestão pública, contribuindo para que as Metas estabelecidas no PMIA, de forma indireta, também possam ser avaliadas pelo órgão fiscalizador do município.

2.5 – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS

Trata-se de um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, denominado *Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, para ser alcançado nos próximos 15 anos (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2016, s.p.).

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as 169 metas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), representam o eixo central da Agenda 2030.

Os ODS são integrados e indivisíveis e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a social, a econômica e a ambiental e ainda uma quarta dimensão: a institucional.

O desenvolvimento sustentável é aquele capaz de usar os recursos para atender às necessidades das pessoas que estão vivendo na época atual sem esgotá-los em prejuízo das gerações futuras. Esse conceito surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de harmonizar o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. Essa explicação evidencia a ideia de que os recursos são finitos e que devem ser explorados com responsabilidade.

A Agenda 2030, como é conhecida, consiste em uma declaração com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas e está pautada em cinco áreas de importância (ou 5 Ps): **Pessoas** – erradicar a pobreza e a fonte de todas as maneiras e garantir a dignidade e a igualdade; **Prosperidade** – garantir vidas prósperas e plenas, em harmonia com a natureza; **Paz** - promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas; **Parcerias** – implementar a agenda por meio de uma parceria global sólida; e **Planeta** – proteger os recursos naturais e o clima do nosso planeta para as gerações futuras (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2016, p. 14).

Assim, o PMIA, foi concebido observando e contemplando em seu contexto algumas ODS, as quais são destacados durante a análise do programa.

Os ODS, apesar de sua natureza global e de serem universalmente aplicáveis, guardam relação com as políticas públicas, tanto no âmbito regional quanto no local (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2016).

2.6 – PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO – PDDI

Os princípios que norteiam o plano diretor estão contidos no Estatuto da Cidade no qual esse plano está definido como instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana do município (REZENDE; ULTRAMARI, 2007, p. 263).

Os problemas do plano diretor municipal estão mais relacionados com as temáticas territoriais: desenvolvimento econômico; reabilitação de áreas centrais da cidade e sítios históricos; avaliação e atividades em áreas rurais; políticas habitacionais; regularização fundiária; transporte e mobilidade; saneamento ambiental; estudos de impactos de vizinhança; instrumentos tributários e de indução de desenvolvimento; desenvolvimento regional; e outras questões de ocupação do solo. Essas temáticas podem ser abordadas em quatro etapas: elaborar leituras técnicas e comunitárias para identificar, mapear e entender a situação do município; formular e pactuar propostas com perspectiva estratégica; definir instrumentos de viabilidades dos objetivos e estratégias municipais; e sistema de gestão e planejamento do município (REZENDE; ULTRAMARI, 2007, p. 265).

O plano diretor municipal de São José dos Campos possui características de um plano estratégico municipal.

É um projeto urbano global que considera as múltiplas temáticas municipais e valoriza a forma participativa e contínua de pensar o município no presente e no futuro (REZENDE; ULTRAMARI, 2007).

Para Lopes (1998) uma metodologia de Plano Estratégico Municipal pode ser dividida em organização, elaboração do plano com base na análise do diagnóstico da cidade, implementação e monitoramento e programa de comunicação.

Em análise ao texto da Lei Municipal Complementar n. 612, de 30 de novembro de 2018, que institui o plano diretor do município de São José dos Campos, destacam-se a contemplação das temáticas territoriais e estabelece no seu artigo 1º, parágrafo 2º, a determinação da incorporação das diretrizes e prioridades nas demais peças de planejamento:

“...§2º O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado abrange a totalidade do território municipal, e é o índice do aferimento do cumprimento da função social da propriedade no município de São José dos Campos, sendo determinante para os agentes públicos e privados que nele atuam, devendo o **Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual** incorporarem as diretrizes e as prioridades nele contidas.” (ART. 1º, LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 612, 2018, p. 1).

Destacam-se diretrizes setoriais do plano diretor, voltadas para educação, saúde, assistência social, esportes, cultura, proteção ao cidadão e à cidade, temas contemplados no PMIA.

2.7 – PLANO MUNICIPAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – PMIA

Em análise a Lei municipal n. 10.085, de 17 de fevereiro de 2020, destaca-se o processo para a elaboração do PMIA, que iniciou em 2018 com reuniões da Comissão Municipal e conduzida pela articuladora local, com participação ativa dos membros da comissão em todo o processo.

Foram 23 (vinte e três) reuniões da Comissão Intersetorial, para discussões e alinhamentos. A matriz lógica, base do PMIA foi apresentada pela Comissão em reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e aprovada por unanimidade.

O PMIA visa garantir o atendimento prioritário e integral à criança e ao adolescente nos serviços da rede de proteção social do município, tendo por objetivo a formulação e implementação de políticas públicas que garantam direitos, bem como o avanço da política municipal voltada a este público.

Encontra-se fundamentado no artigo 227 da Constituição Federal de 1988:

Conforme o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, Lei Municipal n. 10.085 – 17 fev. 2020).

E com o Estatuto da Criança e do Adolescente:

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente e estabelece em seu artigo 3º que a criança e ao adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, Lei Municipal n. 10.085 – 17 fev. 2020).

O plano estabeleceu vários objetivos, acompanhado de um conjunto de ações integradas e articuladas com diversas áreas de atuação do Poder Público municipal:

Nesta perspectiva, o Plano Municipal para Infância e Adolescência – PMIA é um documento que visa a promoção, a proteção e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Constitui-se por um conjunto de ações integradas e articuladas, numa perspectiva de proteção integral, por meio das políticas públicas de Assistência Social, Saúde, Educação, Esporte, Cultura dentre outras, em parceria com o Sistema de Garantia de Direitos e Organizações da Sociedade Civil – OSC (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, Lei Municipal n. 10.085 – 17 fev. 2020).

3 METODOLOGIA

Para caracterizar o contexto da pesquisa, importante indicar que o município de análise é São José dos Campos - SP, considerado sede da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e do Litoral Norte. Conforme indicam os dados mais recentes, o município possui população estimada acima de 720 mil habitantes (IBGE, 2020).

Apresenta na área urbana, vários problemas característicos de outras cidades do mesmo porte, como na área de saúde, educação, mobilidade urbana, segurança, diagnosticados através de seus Programas.

Nesse sentido, a cada mandato na Gestão Pública é elaborado um novo Plano de Governo, estabelecendo novas metas e projetos para as áreas de mobilidade urbana, saúde, educação, etc. No entanto, ainda que as metas estejam documentadas e estabelecidas em Leis, em geral não há um constante acompanhamento na validação das metas estabelecidas, e sua vinculação com os demais instrumentos de Planejamento.

Logo, a intenção do trabalho de pesquisa é colaborar com algumas ideias de mapeamento de objetivos, indicadores e metas estabelecidas no Programa Municipal para Infância e Adolescência de forma oferecer recursos para utilização em futuras ações da gestão pública municipal, programas e demais ações governamentais cabíveis. Em termos de temática, o presente estudo pauta-se pelo interesse na temática sobre a Gestão por Metas em Programas Governamentais.

Considerando que a maior parte do material está formulado e aprovado mediante Leis, em várias áreas de atuação da Gestão Pública, a abordagem utilizada para a realização da pesquisa será através da *pesquisa qualitativa*.

Quanto ao procedimento, será utilizado a *pesquisa documental*, centrada na preocupação de demonstrar como os diferentes indicadores e metas estabelecidos em Programas Governamentais, através de Leis, podem interligar-se com outros instrumentos de planejamento.

Para tanto, especialmente considerando o aspecto documental assumido pelo estudo, o conjunto de documentos analisados foram os seguintes:

- a) Planejamento governamental para municípios [1];
- b) Planejamento governamental e gestão pública no Brasil: elementos para ressignificar o debate e capacitar o estado [2];

- c) A reinvenção do planejamento governamental no Brasil [3];
- d) Monitoramento estratégico de políticas públicas: requisitos tecno políticos, proposta metodológica e implicações práticas para a alta administração pública brasileira [4];
- e) Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise *ex ante* [5];
- f) Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise *ex post* [6];
- g) Guia para localização dos objetivos de desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros – o que os gestores municipais precisam saber [7];
- h) Planejamento estratégico e gestão pública por resultados no processo de reforma administrativa do estado de Minas Gerais [8];
- i) Métodos de pesquisa – EAD – Série Educação a Distância [9];
- j) Dados do município de São José dos Campos – IBGE [10];
- k) Planejamento e gestão governamental na esfera estadual: uma análise comparativa dos processos, conteúdos e sistema de acompanhamento dos ppas – estado do Ceará – plano plurianual 2012-2015 [11];
- l) Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual [12];
- m) Índice de efetividade da gestão municipal – manual 2020 – dados do exercício de 2019 [13];
- n) Lei municipal n. 9.632, de 15 de dezembro de 2017, que institui o plano plurianual para o período de 2018 a 2021 [14];
- o) Lei Complementar municipal n. 612, de 30 de novembro de 2018, que institui o plano diretor de desenvolvimento integrado do município de São José dos Campos [15];
- p) Lei municipal n. 9.968, de 05 de julho de 2019, que institui a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020 [16];
- q) Lei municipal n. 10.046, de 11 de novembro de 2020, que institui a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2020 [17];
- r) Lei municipal n. 10.085, de 17 de fevereiro de 2020, que institui o Plano municipal para Infância e Adolescência [18].

Em termos de objeto de estudo, trata-se da Prefeitura de São José dos Campos, e de forma mais específica, o Programa Municipal para Infância e Adolescência.

3.1 – CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Para realizar a análise dos dados, utilizou-se da análise de conteúdo. Para analisar, compreender e interpretar um material qualitativo, faz-se necessário superar a tendência ingênua a acreditar que a interpretação dos dados será mostrada espontaneamente ao pesquisador. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

A **análise de conteúdo** é uma técnica de pesquisa e, como tal, tem determinadas características metodológicas: objetividade, sistematização e inferência. Segundo Bardin (1979), ela representa um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 84).

3.2 – PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Por ser considerado mais simples e apropriado para as investigações qualitativas (GERHARDT; SILVEIRA, 2009), será definido a análise temática como procedimento de pesquisa.

Segundo os mesmos autores a análise temática, ocorre em três fases:

1º) **Pré-análise**: organização do que vai ser analisado; exploração do material por meio de várias leituras; também chamado de “leitura flutuante”;

2º) **Exploração do material**: é o momento em que se codifica o material; primeiro, faz-se um recorte do texto; após, escolhem-se regras de contagem; e, por último, classificam-se e agregam-se os dados, organizando-os em categorias teóricas ou empíricas;

3º) **Tratamento dos resultados**: nesta fase, trabalham-se os dados brutos, permitindo destaque para as informações obtidas, as quais serão interpretadas à luz do quadro.

A partir de tais aspectos, foram categorizados os projetos previstos para implementação do PMIA e alinhados aos demais documentos orientadores, para verificação do atendimento de metas. Assim, as principais categorias analíticas se constituíram a partir de objetivos e metas presentes em instrumentos de planejamento e que encontraram convergência ao Programa para Infância e Adolescência no contexto do município de São José dos Campos – SP.

4 ANÁLISE DO PROGRAMA MUNICIPAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: O CASO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP

Da forma como está organizado o presente capítulo, são percorridas as particularidades envolvidas na análise *ex ante* das políticas públicas, indicadores de políticas públicas, índice de efetividade da gestão municipal, objetivos de desenvolvimento sustentável, plano diretor de desenvolvimento integrado, estruturando suas vinculações com o PMIA.

O guia de análise *ex ante* das políticas públicas do Governo Federal, é resultado de intenso trabalho conjunto de órgãos governamentais e outras instituições, com base em experiências nacionais e internacionais, servindo como recomendação para gestores na avaliação contínua das políticas públicas, trazendo referências para a formulação de futuros programas, ações e decisões no âmbito governamental.

A análise *ex ante* das políticas públicas é composta de várias fases, começando pelo diagnóstico do problema, desenho da política e sua caracterização, modelo lógico, fundamentação e análise SWOT, impacto orçamentário e financeiro, estratégia de implementação, estratégia de construção de confiança e suporte, estratégia de monitoramento, avaliação e controle, mensuração do retorno econômico e social.

Por se tratar de extenso campo de análise, caracteriza-se o PMIA, sobre alguns aspectos, valendo das etapas que ainda podem ser utilizadas, tendo em vista que o Programa municipal já foi formulado e aprovado, restando sua implementação, monitoramento e avaliação.

4.1 – DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA

Considerando o diagnóstico elaborado para o PMIA do município de São José dos Campos, percebe-se sua vinculação com dados da área de Educação, onde se constata a necessidade de contínuo investimentos para atender a demanda ativa de creche na faixa etária de 0 a 3 anos, e investimentos em ações para que alunos do ensino fundamental possam concluir essa etapa na idade recomendada.

Tabela 1 – Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola

INDICADOR 1A	Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola.						
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Meta prevista	---	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Meta executada no período (dado oficial)	---	98,1%	96,1%	97%			

Fonte: Anexos da Lei municipal nº 10.085, de 17 de fevereiro de 2020

Tabela 2 – Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola

INDICADOR 1B	Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola.						
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Meta prevista	---	45%	51%	57%	63%	69%	75%
Meta executada no período (dado oficial)	39,3%	40,1%	41,3%	47,3%			

Fonte: Anexos da Lei municipal nº 10.085, de 17 de fevereiro de 2020

Neste âmbito, aponta a necessidade de avanços em áreas relacionadas ao fluxo escolar e de aprendizagem para atingir a meta estabelecida para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

Tabela 3 – Percentual de pessoas que frequentam ou que já concluíram o ensino fundamental do município

INDICADOR 2A	Percentual das pessoas que frequentam ou que já concluíram o ensino fundamental no município.						
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Meta prevista	---	97,4%	97,6%	97,8%	98%	98,2%	98,4%
Meta executada no período (dado oficial)	---	97,7%	97,6%				

Fonte: Anexos da Lei municipal nº 10.085, de 17 de fevereiro de 2020

Tabela 4 – Percentual de alunos aprovados ou concluintes do ensino fundamental na rede municipal

INDICADOR 2B	Percentual de alunos aprovados ou concluintes do ensino fundamental na rede municipal.						
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Meta prevista	---	98,5%	98,6%	98,7%	98,8%	98,9%	99%
Meta executada no período (dado oficial)	---	---	---				
	---	98,5%	98,9%				

Fonte: Anexos da Lei municipal nº 10.085, de 17 de fevereiro de 2020

Na área de saúde, verifica-se a necessidade de reforçar ações para a qualidade do pré-natal e assistência ao parto e ao lactente de 0 a 2 anos de idade, além da prevenção da prematuridade.

Tabela 5 – Número/Proporção de nascidos vivos segundo idade materna, de residentes em São José dos Campos, 2019

Número de nascidos vivos segundo idade materna, de residentes em São José dos Campos, 2019													
FxEt Mãe	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
10-14	3	1	2	1	3	1	3	2					16
15-19	89	80	72	60	61	74	66	57					559
20-24	158	157	168	146	172	139	152	137					1.229
25-29	195	195	191	206	216	173	156	157					1.489
30-34	192	173	191	188	194	151	181	158					1.428
35-39	132	140	111	128	144	115	124	138					1.032
40-44	27	26	27	29	43	24	25	36					237
45-49	2	0	3	2	0	2	3	1					13
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0					100,0

Proporção de nascidos vivos segundo idade materna, residentes em São José dos Campos, 2019													
FxEt Mãe	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
10-14	0,4	0,1	0,3	0,1	0,4	0,1	0,4	0,3					0,3
15-19	11,2	10,4	9,4	7,9	7,3	10,9	9,3	8,3					10,8
20-24	19,8	20,3	22,0	19,2	20,6	20,5	21,4	20,0					20,1
25-29	24,4	25,3	25,0	27,1	25,9	25,9	22,0	22,9					24,8
30-34	24,1	22,4	25,0	24,7	23,3	22,2	25,5	23,0					23,2
35-39	16,5	18,1	14,5	16,8	17,3	16,9	17,5	20,1					17,3
40-44	3,4	3,4	3,5	3,8	5,2	3,5	3,5	5,2					3,4
45-49	0,3	0,0	0,4	0,3	0,0	0,3	0,4	0,1					0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0					100,0

Fonte: Anexos da Lei municipal nº 10.085, de 17 de fevereiro de 2020

A análise dos dados oficiais de violência demonstrou aumento significativo nos casos de atendimento a suspeitas de violências contra crianças e adolescentes, aspecto relevante a ser verificado em termos de causas e modos de prevenção de tais ocorrências.

Na área socioassistencial, evidenciou-se a ocorrência de violação de direitos das crianças e adolescentes, expresso em diversas formas de violência.

Tabela 6 – Principais violações de direitos de crianças e adolescentes no município

Principais violações de direitos de crianças e adolescentes no município de São José dos Campos	Total
C.1. Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica)	333
C.2. Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual	257
C.3. Crianças ou adolescentes vítimas de exploração sexual	7
C.4. Crianças ou adolescentes vítimas de negligência ou abandono	303

Fonte: Anexos da Lei municipal nº 10.085, de 17 de fevereiro de 2020

Tabela 7 – Violações de direitos de crianças e adolescentes mais recorrentes por gênero e idade

Violações de direitos de crianças e adolescentes mais recorrentes por gênero e idade					
C. Crianças ou adolescentes em situações de violência ou violações, que ingressaram no PAEFI durante o mês de referência	Total	Sexo	0 a 6 anos	7 a 12 anos	13 a 17 anos
C.1. Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica)	333	Masc.	51	81	46
		Fem.	57	46	52
C.2. Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual	257	Masc.	24	31	9
		Fem.	58	69	66
C.3. Crianças ou adolescentes vítimas de exploração sexual	7	Masc.	1	0	0
		Fem.	0	2	4
C.4. Crianças ou adolescentes vítimas de negligência ou abandono	303	Masc.	42	63	43
		Fem.	47	60	48

Fonte: Anexos da Lei municipal nº 10.085, de 17 de fevereiro de 2020

Outro dado constatado, é que 11% de crianças e adolescentes que recebem o Benefício de Prestação Continuada – BPC, para famílias em situação de extrema pobreza e a urgência de sua inclusão social, são atendidas por Organizações da Sociedade Civil (OSC) parceiras do município.

Verificou-se a necessidade de ações para que haja inserção do público excluído da rede de ensino, bem como identificação e superação das barreiras que as impedem o acesso e a permanência na escola, além da inclusão nos demais serviços de proteção social do município.

O diagnóstico e a identificação do problema a ser solucionado pela ação pública, tratados, são insumos essenciais, básicos, para o desenho de uma política pública.

A identificação da fonte ou causa do problema cria a possibilidade de diferentes alternativas de solução e, portanto, de diversas propostas de ações públicas, com custos e benefícios específicos.

O desenho da política pública “*envolve um esforço de sistematizar ações eficientes e eficazes, com a aplicação de conhecimento de meios políticos para a adoção de instrumentos que permitam o atingimento de objetivos, resultados e metas dentro de contextos políticos específicos.*” (IPEA, 2018a, p. 71).

Após o diagnóstico e a identificação dos problemas a serem solucionados para o público alvo de crianças e adolescentes, foi elaborado a partir da **matriz lógica**, contendo os elementos que compõem os problemas centrais, objetivos de impacto, resultados esperados/metras, indicadores de resultados, meios de verificação, ações/projetos, responsáveis, envolvidos, prazos e fontes de recursos (Anexos A e B).

4.2 – AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO MODELO LÓGICO E A SUA UTILIZAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DO PMIA

A base do PMIA, foi construída a partir da matriz lógica, recomendada pela Fundação Abrinq, composta por elementos que apresentam os problemas centrais, objetivos de impacto, resultados esperados/metras, indicadores de resultados, meios de verificação, ações/projetos, responsáveis, envolvidos, prazos e fontes de recursos, apresentados de forma clara e objetiva para que se possa acompanhar o cumprimento das ações estabelecidas e a medição dos indicadores de resultados (Anexos B e C).

A matriz de modelo lógico é uma metodologia útil para a identificação e descrição dos diversos componentes referentes ao desenho, à operação e aos efeitos de um programa ou uma política pública. Trata-se de uma ferramenta de aprendizado e gestão que exhibe de forma sistemática a racionalidade que estrutura uma intervenção (IPEA, 2018a, p.96).

Ao estabelecer um programa, a compreensão clara de sua racionalidade é importante, especialmente porque estabelece clareza, transparência e permite constituir a ação pública a partir de um fluxo definido, cujo acompanhamento pode ser facilitado. Além disso, é relevante considerar que as ações públicas, especialmente as que se constituem em políticas públicas, e por decorrência, se transformam em programas carecem de emprego de um suporte não apenas de fundamentos teóricos e legais, mas também de amparo metodológico em sua execução. Nesse sentido:

O emprego da metodologia do modelo lógico nas fases de concepção e planejamento de uma política é de extrema relevância. Por meio dele, gestores e tomadores de decisão obtêm maior clareza sobre os recursos necessários para a implementação da política, as atividades a serem executadas para que seja eficaz, os produtos a serem entregues e os resultados que se visa atingir no curto, médio e longo prazo (IPEA, 2018a, p.96).

Este modelo constitui, assim, uma importante ferramenta para identificar o processo por meio do qual se espera que a intervenção leva à resolução das necessidades inicialmente encontradas. A ferramenta também é extremamente útil como subsídio para a construção de matrizes SWOT e para orientar a gestão de riscos (IPEA, 2018a, p.96).

No próximo tópico, demonstra-se a utilização de Indicadores bem definidos, que permite o monitoramento do PMIA durante sua implementação e gestão.

A análise do modelo lógico permite a identificação de falhas lógicas na concepção da intervenção, como redundâncias, atividades inconsistentes e/ou expectativas causais irrealistas. Durante a etapa de planejamento de uma política, é também útil para detectar os principais problemas que podem vir a surgir durante sua implementação, permitindo que seu desenho seja aperfeiçoado de forma a evita-los. A elaboração do modelo é útil, ainda, para a definição ou o aperfeiçoamento das medidas de desempenho de cada fase da política, ou seja, os indicadores a serem monitorados na sua implementação e gestão (IPEA, 2018a, p.97).

E no último item de análise demonstra-se os atores envolvidos no monitoramento do Programa durante sua implementação e gestão.

O uso de modelos lógicos também auxilia a estruturação de sistemas de monitoramento. Nem sempre se percebe que o monitoramento é condição necessária à avaliação e que ele serve como bússola para correções de rumo, contribuindo para o ajuste fino de decisões tomadas anteriormente e como radar para detectar falhas que precisam ser rapidamente atacadas. Na medida em que insumos e processos estejam mapeados e produtos e resultados listados, é possível identificar pontos de controle à produção de políticas públicas que apontem avanços e também eventuais inconsistências (IPEA, 2018a, p.97).

4.3 – INDICADORES DE RESULTADOS

Os indicadores estabelecidos no PMIA, permitirão sua contínua avaliação no decorrer da implementação das fases do programa e sua respectiva vinculação com os demais instrumentos de planejamento.

Indicadores são dados que possibilitam desde acompanhar o andamento até medir o cumprimento dos objetivos de uma política. Eles se referem à quantidade, à qualidade, ao cronograma e aos custos observados comparativamente. Uma vez fixados durante a elaboração *ex ante*, por meio de um modelo lógico, os indicadores definem quais dados devem ser coletados para que se possa realizar o acompanhamento da

implementação e a avaliação sobre a obtenção ou não dos resultados esperados política (IPEA, 2018a, p.101).

Foram estabelecidos 19 (dezenove) indicadores de resultados, utilizando o modelo SMART, caracterizado a seguir, após a síntese do PMIA.

É importante que se estabeleçam indicadores suficientes para a verificação de todos os níveis de objetivos do programa, podendo ser necessário mais de um indicador para cada resultado pretendido.

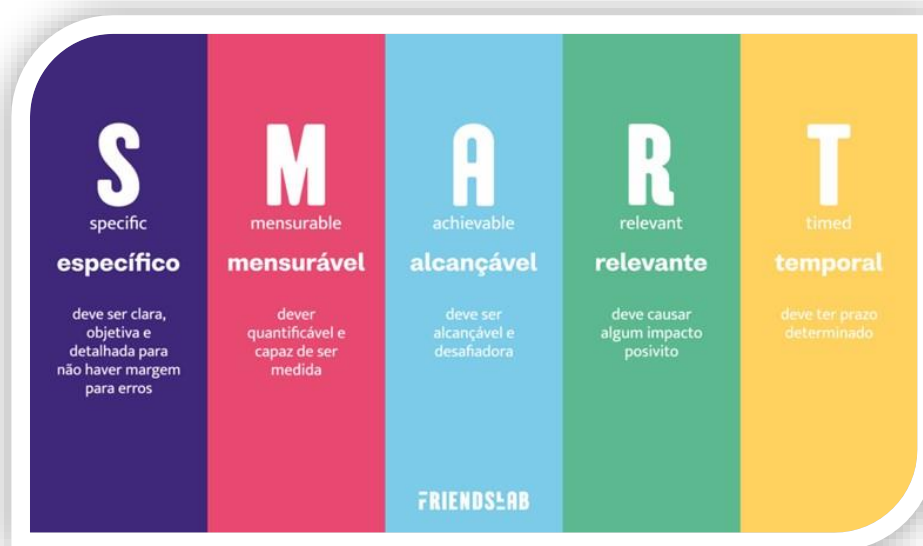
Dados precisam ser coletados e processados de forma sistemática e de modo qualificado. Não é preciso que todos os aspectos de uma política sejam medidos. Evite coletar dados para os quais não haja utilidade prevista.

Deve-se lembrar também que os indicadores possíveis nem sempre representam de forma completa uma situação a ser acompanhada.

Na maioria dos casos, eles são uma aproximação ao fenômeno. A disponibilidade ou mesmo a ausência de dados são problemas comuns que devem ser analisados para o acompanhamento da execução da política (IPEA, 2018a, p.101).

Ainda, no que tange a composição dos elementos do programa em análise, é importante considerar que o PMIA está orientado a partir da concepção do Modelo de Metas SMART. A ilustração a seguir auxilia na compreensão de suas especificidades:

Figura 1 – Modelo SMART



Fonte: <https://www.friendslab.co/o-que-e-meta-smart>

De forma resumida destacamos os Projetos e os Indicadores constantes do PMIA voltados para a temática de crianças e adolescentes (Anexo C). A maioria dos Indicadores estabelecidos no PMIA, referem-se a dados quantitativos que são extraídos de sistemas e relatórios de atendimento no âmbito municipal, estadual e federal.

E com base no modelo SMART, destacamos aqueles que são específicos, mensuráveis, atribuíveis, relevantes e temporalmente regulares, a partir da matriz lógica do PMIA:

Quadro 1 – Composição dos Indicadores por Projetos do PMIA

1. Projeto: Prevenção e enfrentamento das situações de Violência contra crianças e adolescentes
Indicadores de resultados estabelecidos:
a) Número de notificações e denúncias de violências contra crianças e adolescentes realizadas e confirmadas;
b) Redução dos danos causados pelas violências (índice de gestação, HIV/IST, Hepatite B e Tétano);
Ações: Composto por 12 (doze) ações que buscam criar condições técnicas para a redução das taxas de violência contra crianças e adolescentes e outras melhorias. Inclusive abrindo a possibilidade de criação de um Plano Municipal específico para o tema.
2 – Projeto: Ensino Fundamental anos iniciais: Acesso e Qualidade
Indicadores de resultados estabelecidos:
a) Números de alunos matriculados em tempo integral por ano letivo;
b) Evolução do desempenho escolar;
c) Frequência média no contraturno.
Ações: São 7 (sete) ações que buscam aumentar o número de alunos matriculados em tempo integral dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, em parceria com outras entidades/fundações.
3 – Projeto: Fila de espera em Creches
Indicadores de resultados estabelecidos:
a) Redução do número de crianças em fila de espera por vagas na Educação Infantil Municipal;
b) Vagas ampliadas em 2017, 2018 e 2019;
Ações: São 30 (trinta) ações voltadas para investimentos, onde espera-se atender 100% da demanda de 0 a 3 anos até 2020, realizadas com recursos financeiros do município, em parceria com o Governo Estadual e Federal.
4 – Projeto: Ensino Fundamental - anos iniciais e finais: Desempenho
Indicadores de resultados estabelecidos:
a) Planilhas da evolução da escrita numérica do 1º Ano;
b) planilha de Conselho Participativo de Classe (SISTAE, SAEB e SARESP).
Ações: São 6 (seis) ações pedagógicas que tiveram início no ano de 2017 e se estenderão até o ano de 2029.
5 – Projeto: Ensino Fundamental – Anos Iniciais: Desempenho
Indicadores de resultados estabelecidos:
a) Planilhas da evolução das hipóteses de escrita nos 2º Anos;
b) Índice médio de alunos alfabetizados ao final de cada ano.
Ações: São 8 (oito) ações semelhantes ao anterior (Projeto 4), mas voltados a aumentar o número de alfabetizados ao final do 2º ano, principalmente em escolas com maior número de vulnerabilidade ou risco social.
6 – Projeto: Qualificação profissional de adolescentes e jovens
Indicadores de resultados estabelecidos:
a) Número de cursos ofertados;
b) Número de modalidades de cursos ofertados;

Ações: São 5 (cinco) ações realizadas para a diversificação da oferta de educação profissional para adolescentes e jovens, que tiveram início em 2017 e irão se estender até 2029.
7 – Projeto: Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
Indicadores de resultados estabelecidos:
a) Número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil;
b) Número de crianças e adolescentes inseridos na rede de serviços.
Ações: São 12 (ações) que buscam a redução do número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. São ações que tiveram início em 2018 e se estenderão até o ano de 2029.
8 – Projeto: Inclusão Social de Crianças e Adolescentes com Deficiência
Indicadores de resultados estabelecidos:
a) Número de crianças e adolescentes inseridos nos serviços setoriais do município;
b) Evolução das aprendizagens;
c) Índice de frequência nos serviços
Ações: São 20 (vinte) ações que buscam garantir o acesso e permanência de crianças e adolescentes com deficiência, na rede de serviços setoriais, através de várias Secretarias municipais.
9 – Projeto: Ampliação das atividades esportivas comunitárias oferecidas pela Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida
Indicadores de resultados estabelecidos:
a) Número de atividades esportivas e de lazer;
b) Número de alunos (crianças e adolescentes) participantes na faixa etária em questão.
Ações: São 4 (quatro) ações que buscam ampliar a oferta de atividades esportivas e de lazer para crianças e adolescentes em bairros ainda não atendidos.
10 – Projeto: Ampliação do limite para participação no Projeto Atleta Cidadão
Indicador de resultado estabelecido:
a) Números de adolescentes e jovens ingressantes e participantes nas equipes das modalidades esportivas de alto rendimento.
Ações: São 4 (quatro) ações que buscam aumentar o número de adolescentes e jovens participantes nas equipes das modalidades esportivas de alto rendimento.
11 – Projeto: Alimentação saudável
Indicador de resultado estabelecido:
a) Número de crianças e adolescentes com IMC de crianças e adolescentes.
Ações: São 15 (quinze) ações que buscam ampliar e instituir hábitos de alimentação saudável para crianças e adolescentes.
12 – Projeto: Medidas para prevenção e redução dos óbitos de crianças
Indicador de resultado estabelecido:
a) Incidência de mortalidade infantil.
Ações: São 7 (sete) ações que buscam a diminuição da incidência de mortalidade infantil.
13 – Projeto: Não previsão no Plano Municipal de Risco e Desastres Naturais as ações de prevenção e proteção de crianças e adolescentes em caso de ocorrência de desastres naturais.
Indicador de resultado estabelecido:
a) Número de ações voltadas a proteção a crianças e adolescentes em situação de desastres naturais.
Ação: Reuniões da Assistência Social com a Defesa Civil.

Antes da análise da matriz lógica e dos indicadores de resultados estabelecidos no PMIA, caracteriza-se de forma geral a composição dos principais elementos do Programa:

Quadro 2 – Síntese do Programa para Infância e Adolescência – PMIA

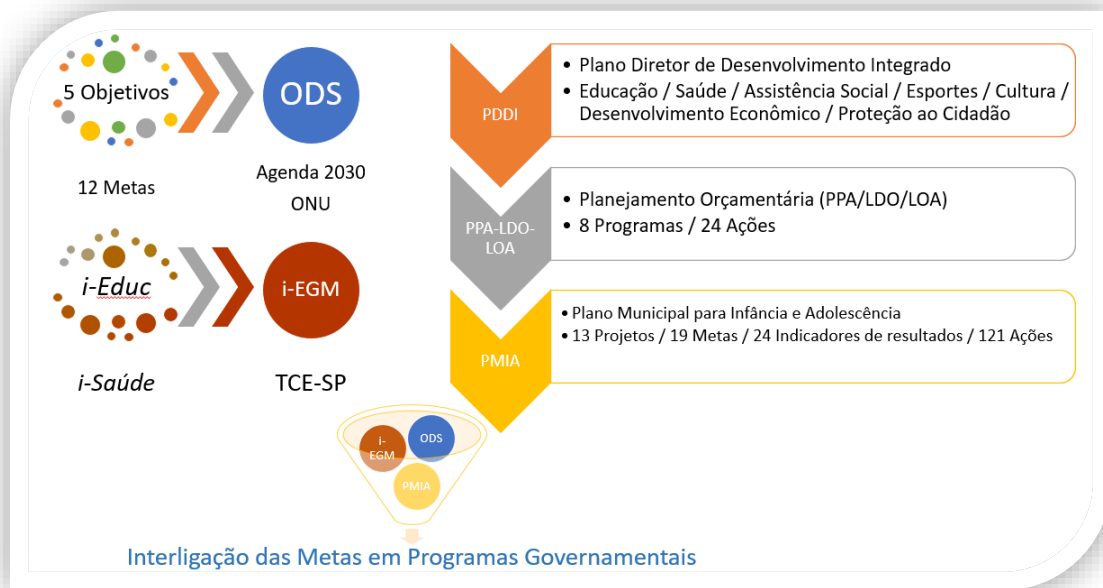
Período de implementação do PMIA:	De 2017 a 2030
Quantidade de Projetos:	13
Quantidade de Resultados esperados (Metas):	19
Quantidade de Indicadores de Resultado:	24
Quantidade de Ações:	121
Fonte de Recursos:	Municipal, Estadual e Federal
Áreas envolvidas:	Diversas Secretarias municipais e seus específicos setores, Fundação Cultural Cassiano Ricardo, Fundação Hélio Augusto de Souza, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, Diretoria de Ensino, Poder Judiciário, Vara da Infância e Juventude – Ministério Público, Conselho Municipal de Cultura e Paz, Comissão Municipal Intersetorial de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, Hospitais Públicos e Privados.
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável envolvidos:	5
Fonte: Dados extraídos e elaborados através da Lei municipal n. 10.085 – 17.02.2020 – Plano Municipal para Infância e Adolescência	

Fonte: Anexos da Lei municipal nº 10.085, de 17 de fevereiro de 2020

Na primeira parte destacam-se a interligação destes Projetos e suas metas, através de um mapeamento, com outros instrumentos de planejamento, como os ODS, já constante do PMIA, com o PDDI, com o IEGM, e sua identificação nas peças orçamentárias vigentes, PPA, LDO e, LOA.

A figura a seguir sintetiza a interligação do PMIA com os demais instrumentos de planejamento em várias esferas governamentais:

Figura 2 – Interligação do PMIA com outros instrumentos de planejamento.



Fonte: Elaboração própria

Após, destacam-se as principais características para o acompanhamento e avaliação destas Metas no período de vigência do PMIA.

Com os ODS, o PMIA, destacou as seguintes convergências:

Quadro 3 – ODS e Projetos do PMIA

Projeto PMIA	ODS	META ODS
Projeto: Medidas para prevenção e redução dos óbitos de crianças.	ODS 3 – Vida Saudável	Meta 3.2 – Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos.
		Meta 3.4 – Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.
Projeto: Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais: Acesso e qualidade; Projeto: Ensino Fundamental – Anos Iniciais: Desempenho	ODS 4 – Educação de Qualidade	Meta 4.1 – Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes
Projeto: Fila de espera em creches.		Meta 4.2 – Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-

		escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.
Projeto: Qualificação Profissional de adolescentes e jovens.		Meta 4.3 – Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.
Projeto: Qualificação Profissional de adolescentes e jovens.	ODS 4 – Educação de Qualidade	Meta 4.4 – Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.
Projeto: Qualificação Profissional de adolescentes e jovens; Projeto: Inclusão social de crianças e adolescentes com deficiência.		Meta 4.5 – Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.
Projeto: Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais: Desempenho.		Meta 4.6 – Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.
Projeto: Inclusão social de crianças e adolescentes com deficiência.	ODS 8 – Trabalho digno e crescimento econômico	Meta 8.5 – Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.
Projeto: Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.		Meta 8.7 – Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.
Projeto: Inclusão social de crianças e adolescentes com deficiência.	ODS 10 – Reduzir as desigualdades	Meta 10.2 – Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.
Projeto: Prevenção e enfrentamento das situações de violência contra crianças e adolescentes.	ODS 16 – Paz e Justiça	Meta 16.2 - Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças

Fonte: Anexos da Lei municipal nº 10.085, de 17 de fevereiro de 2020 e Guia para localização dos objetivos de desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros – o que os gestores municipais precisam saber – Confederação Nacional dos Municípios, 2013.

4.4 – INTEGRAÇÃO COM O ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL - IEGM

Para o IEGM, foi utilizado questionário dos índices *i-Educ* e *i-Saúde*, constantes do manual de 2020 do TCESP, dados de 2019, relacionamos as questões vinculadas a avaliação das Metas estabelecidas no PMIA.

O objetivo dos índices *i-Educ* e *i-Saúde*, é apresentar a lista com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam uma métrica das ações sobre a gestão da Educação e Saúde Pública municipal na sua esfera de responsabilidade, que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas.

O questionário do IEGM utiliza como fonte de dados o Censo Escolar e o Sistema AUDESP: base multivalorada.

O questionário do índice *i-Educ* (TCESP), contempla as principais áreas de atuação do ensino no município, como Creche (43 questões), Pré-escola (42 questões), Anos iniciais do Ensino Fundamental (74 questões), Anos finais do Ensino Fundamental (71 questões) e outras áreas como merenda escolar, transporte escolar, escolas estaduais, que oferecem atendimento às áreas mencionadas (59 questões), totalizando 289 questões.

Pode-se constatar que o PMIA, adotou metas para infância e adolescência em consonância como o índice *i-Educ*, avaliadas anualmente, destacando a importância da existência de Planos municipais (Educação e Primeira Infância) e Conselhos municipais (Educação, Alimentação Escolar, Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB).

Dentre as questões que precisam ser respondidas eletronicamente por meio do portal de Auditoria Eletrônica do TCESP, destacamos algumas mais alinhadas com os Projetos do PMIA:

Quadro 4 – IEGM (*i-Educ*) e Projetos do PMIA

9.3 – SÍNTESE: <i>i-Educ</i> – Questionário parcial			PMIA Projeto
MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DA EDUCAÇÃO			
Nº QUESITO	QUESITOS	RESPOSTAS	
...	
1.15	Informe a quantidade de estabelecimentos que oferecem creche na rede municipal de ensino.	Total de estabelecimentos que oferecem creches: Estabelecimentos que oferecem creche e possuem Projeto político pedagógico atualizado: Método de cálculo: P = Estabelecimentos que possuem PPP	

		atualizado/Total de estabelecimentos de ensino do município * Pmáx Pmáx = 06	Fila de espera em creches
...	
1.19	A Prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de Creches em 2019?	SIM = 50 NÃO = 0	
1.19.1	Informe: - descreva a pesquisa/estudo		
1.20	Número de crianças de 0 a 3 anos que solicitaram vaga em creche - Demanda (data base CENSO 2019)		
1.21	Número de vagas de creche ofertadas em 2019 – Oferta (data base CENSO 2019)		
1.22	Número de crianças matriculadas na creche em 2019 (data base CENSO 2019)		Fila de espera em creches
...	
3	A Prefeitura Municipal oferece os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1° ao 5° ano)?	SIM NÃO	Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais: Acesso e Qualidade; Ensino Fundamental – Anos Iniciais: Desempenho;
...	
3.14	Informe a quantidade de estabelecimentos que oferecem Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1° ao 5° ano) na rede municipal de ensino: Método de cálculo: P = Estabelecimentos que possuem PPP atualizado/Total de estabelecimentos de ensino do município * Pmáx Pmáx = 06	Total de estabelecimentos que oferecem Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1° ao 5° ano): Estabelecimentos que oferecem Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1° ao 5° ano) e possuem Projeto político pedagógico atualizado:	
...	
4	A Prefeitura Municipal oferece os Anos Finais do Ensino Fundamental (6° ao 9° ano)?	SIM NÃO	
...	
4.23	A Prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam dos Anos Finais do Ensino Fundamental (6° ao 9° ano) escolar em 2019?	SIM NÃO	
4.23.1	Informe: - descreva a pesquisa/estudo		Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais: Acesso e Qualidade; Ensino Fundamental – Anos Iniciais: Desempenho;
4.24	Número de crianças de 11 a 14 anos que solicitaram vaga – Demanda (data base CENSO 2019)		
4.25	Número de vagas de Anos Finais ofertadas em 2019 (data base CENSO 2019)		

4.26	Número de crianças matriculadas nos Anos Finais em 2019 (data base CENSO 2019)		
4.27	Informe a quantidade de turmas dos Anos Finais de 2019 (data base CENSO 2019)	Até 30 alunos: De 31 a 35 alunos: De 36 a 39 alunos: Acima de 39 alunos:	
...	
4.35	Há alunos nos Anos Finais do Ensino Fundamental (6° ao 9° ano) que possuem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação?	SIM NÃO	Qualificação Profissional de Jovens e Adultos
4.35.1	Quantos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental (6° ao 9° ano) possuem:	Deficiência: Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD): Altas habilidades ou superdotação:	
...	
9	Existem nutricionistas atuando no município em 2019?	SIM NÃO	Alimentação Saudável
...	
10	Como é feita a preparação da merenda no município?	Nas escolas (que possuem merendeiras) Terceirizada	

Fonte: Anexos da Lei municipal nº 10.085, de 17 de fevereiro de 2020 e manual índice de efetividade da gestão municipal – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2019.

Também para o índice *i-Saúde*, que contempla várias áreas de atuação do município, como gestão de saúde, estrutura, atenção ambulatorial, atenção na saúde mental, vigilância em saúde, regulação e controle, atenção hospitalar, produtividade de equipamentos e papel do Estado de São Paulo, totalizando 130 questões.

Algumas questões analisam as metas estabelecidas no PMIA, através do número de consultas/exames de pré natal, número de partos cesarianos, número de óbitos de recém-nascidos.

De igual modo as questões que precisam ser respondidas eletronicamente por meio do portal de Auditoria Eletrônica do TCESP, destacam-se algumas mais alinhadas com os Projetos do PMIA, referentes ao *i-Saúde*:

Quadro 5 – IEGM (*i-Saúde*) e Projetos do PMIA

9.3 – SÍNTESE: <i>i-Saúde</i> – Questionário parcial			PMIA
MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DA SAÚDE			
Nº QUESITO	QUESITOS	RESPOSTAS	Projeto
...	
17	Informe nº de consultas médicas (Pré-natal) realizados nos	>=7 consultas/gestante – 30	

	estabelecimentos de saúde sob gestão municipal: Informe n° de gestantes (parturientes) atendidas nos estabelecimentos de saúde sob gestão municipal ou referenciadas pelo município:	<7 consultas/gestante – 30	Medidas para prevenção e redução dos óbitos de crianças
18	Informe n° de exames (pré-natal) realizados nos estabelecimentos de saúde sob gestão municipal: Glicemia: Hemoglobina: Hematócrito: VDLR: Anti-HIV1 e Anti-HIV2:	>= 2 exames/gestante – 30 <2 exames/gestante – 30	

Fonte: Anexos da Lei municipal n° 10.085, de 17 de fevereiro de 2020 e manual índice de efetividade da gestão municipal – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2019.

O questionário do IEGM, se bem avaliado, serve de referência para o acompanhamento das metas estabelecidas no PMIA.

Deve-se ressaltar que os dados avaliados, são de natureza gerencial e financeira, extraídos do sistema AUDESP/TCESP, durante a execução orçamentária e financeira do município. Portanto já atrelados as demais peças de planejamento (PPA, LDO, LOA).

4.5 – INTEGRAÇÃO COM AS DIRETRIZES DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO – PDDI

As diretrizes setoriais estabelecidas no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (Título VII), da Lei Complementar municipal n. 612, de 30 de novembro de 2018, estabelecem:

Art. 110. Estabelecer ações intersecretarias, de forma transversal, para integrar diferentes setores da Prefeitura e comunidade, construindo a sua coalizão comunitária para trabalhar efetivamente no desenvolvimento de um conjunto de soluções para os problemas específicos do território, na perspectiva da prevenção de vulnerabilidades sociais, violência urbana, ameaça de drogas ilícitas, abuso de álcool e uso de tabaco.

Art. 111. Estabelecer e fortalecer a cooperação entre comunidades, organizações não governamentais e Governos (Municipal, Estadual e Federal), para dar suporte aos esforços das coalizões comunitárias na prevenção e redução dos agravos sociais.

Art. 112. Os planos setoriais serão elaborados ou, quando necessário, revistos, de modo a se adequarem às diretrizes deste Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.

As diretrizes estabelecidas para a área da Educação:

Art. 115, inciso I, alíneas *a* e *b*, inciso II, alíneas *a*, *b*, *c* e *d*, incisos III, IV, VI, inciso VII, alíneas *a* e *b*, inciso VIII.

Diretrizes para a área da Saúde:

Art. 116, inciso V, alíneas *a*, *b*, *c*, *d* e *e*, inciso X.

Diretrizes para área da Assistência Social:

Art. 117, incisos IV, IX, XVIII, XIX e XX;
Art. 118, incisos I, II, III, IV, VIII, IX e X.

Diretrizes para área dos Esportes:

Art. 119, incisos I, II, VI e XI.

Das diretrizes da Cultura:

Art. 120, inciso XXIII.

Das diretrizes do Desenvolvimento Econômico:

Art. 116, inciso II e alínea *k*.

Das diretrizes da Proteção ao Cidadão e à Cidade:

Art. 123, incisos VI, VII, VIII;
Art. 125, inciso IV.

Estas são diretrizes específicas que encontram correspondência às metas estabelecidas no PMIA, e fazem parte da Comissão Intersetorial de Secretarias.

Complementando a quadro anterior (Quadro 3), e relacionando todos os Projetos do PMIA, alguns **não** encontram correspondência às Metas ODS ou mesmo índices IEGM existentes, e estão classificados como não definidos (N/D). Assim estabelecem-se as seguintes vinculações:

Quadro 6 – Integração entre Metas/Diretrizes (PMIA, ODS, IEGM, PDDI)

Projeto PMIA	ODS	META ODS	Índice IEGM	PDDI
Projeto: Medidas para prevenção e redução dos óbitos de crianças.	ODS 3 – Vida Saudável	Meta 3.2 – Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5	i-Saúde	Área da Saúde: Art. 116, incisos V e X.

		anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos.		
		Meta 3.4 – Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.		
Projeto: Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais: Acesso e qualidade; Projeto: Ensino Fundamental – Anos Iniciais: Desempenho	ODS 4 – Educação de Qualidade	Meta 4.1 – Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes	i-Educ	Área Educação: Art. 115, inciso II.
Projeto: Fila de espera em creches.		Meta 4.2 – Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.	i-Educ	Área Educação: Art. 115, inciso I.
Projeto: Qualificação Profissional de adolescentes e jovens.		Meta 4.3 – Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.	i-Educ	Área Educação: Art. 115, inciso IV.
Projeto: Qualificação Profissional de adolescentes e jovens.	ODS 4 – Educação de Qualidade	Meta 4.4 – Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.	i-Educ	Área Educação: Art. 115, inciso IV, VII. Área Desenvolvimento Econômico: Art. 116, inciso II, k.
Projeto: Qualificação Profissional de adolescentes e jovens; Projeto: Inclusão social de crianças e adolescentes com deficiência.		Meta 4.5 – Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.	i-Educ	Área Educação: Art. 115, inciso VI. Área Assistência Social: Art. 117, inciso IV.
Projeto: Ensino Fundamental – Anos		Meta 4.6 – Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e	i-Educ	Área Educação: Art. 115, inciso VII.

Iniciais e Finais: Desempenho.		tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.		
Projeto: Inclusão social de crianças e adolescentes com deficiência.	ODS 8 – Trabalho digno e crescimento econômico	Meta 8.5 – Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.	N/D	Área Assistência Social: Art. 117, inciso IV. Art. 118, inciso X.
Projeto: Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.		Meta 8.7 – Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.	N/D	Área Assistência Social: Art. 117, inciso IV.
Projeto: Inclusão social de crianças e adolescentes com deficiência.	ODS 10 – Reduzir as desigualdades	Meta 10.2 – Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.	N/D	Área Assistência Social: Art. 117, inciso IV. Art. 118, inciso X Área do Esportes: Art. 119, incisos I, II, VI, XI. Área da Cultura: Art. 120, inciso XXIII.
Projeto: Prevenção e enfrentamento das situações de violência contra crianças e adolescentes.	ODS 16 – Paz e Justiça	Meta 16.2 – Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças	N/D	Área Proteção ao Cidadão e à Cidade: Art. 123, incisos VI, VII, VIII. Art. 125, inciso IV.
Projeto: Ampliação das atividades esportivas comunitárias oferecidas pela Secretaria de Esportes e Qualidade de Vida	N/D	N/D	N/D	Área Esportes: Art. 119, incisos I, II, VI, XI.
Projeto: Ampliação do limite de idade para participação no Projeto Atleta Cidadão	N/D	N/D	N/D	Área Esportes: Art. 119, incisos I, II, VI, XI.

Projeto: Alimentação Saudável	N/D	N/D	i-Educ	Área Saúde: Art. 116, inciso X
Projeto: Não previsão no Plano Municipal de Risco e Desastres Naturais de ações de prevenção e proteção de crianças e adolescentes em caso de ocorrência de desastres naturais	N/D	N/D	N/D	Área Proteção ao Cidadão e à Cidade: Art. 125, inciso IV

Fonte: Anexos da Lei municipal n. 10.085, 17 de fevereiro de 2020, Guia para localização dos objetivos de desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros – o que os gestores municipais precisam saber – Confederação Nacional dos Municípios, 2013 e Manual índice de efetividade da gestão municipal – Tribunal de Contas do Estado de São, 2019

4.6 – INTEGRAÇÃO COM AS DEMAIS PEÇAS DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO (PPA, LDO e LOA)

Os instrumentos de planejamento anteriores serviram para alocar os Projetos do PMIA, em um escopo mais abrangente e caracterizá-lo com metas compatíveis. A interligação do PMIA com as peças orçamentárias de planejamento vigentes permite demonstrar que ações serão desenvolvidas para contribuir com a efetivação destas metas estabelecidas. Foi analisado os seguintes instrumentos de planejamento orçamentário.

O PPA, referente ao período de 2018 a 2021.

O PPA, criado pela Constituição de 1988, “é o instrumento legal de planejamento de maior alcance temporal no estabelecimento das prioridades e no direcionamento das ações de governo” (Albuquerque, Medeiros e Silva, 2008, p. 145). Com a finalidade de facilitar o combate às desigualdades territoriais, as políticas públicas contidas no PPA devem ser regionalizadas. É importante observar, no entanto, que as políticas públicas setoriais devem, necessariamente, constar do PPA. Assim, elas devem ser traduzidas na linguagem de programas e ações governamentais, informando objetivos e metas, além de obedecerem aos critérios e requisitos estabelecidos nos manuais de metodologia de elaboração do PPA. Em suma, a criação de nova despesa tem de constar explicitamente do PPA ou ser abrangida por programação previamente existente nesse plano (IPEA, 2018a, p. 116).

A LDO para o exercício de 2020.

A LDO estabelece as metas e as prioridades da administração federal para o exercício a que se refere. Ela fixa ainda regras e critérios de adequação orçamentária e financeira que precisam ser observados, como no caso de proposições legislativas que acarretem aumento de despesa ou redução de receita. Assim, a criação de despesa também tem de ser compatível com os dispositivos da LDO (IPEA, 2018a, p. 117).

E a LOA para o exercício de 2020.

Além de ser condizente com prioridades do PPA e diretrizes da LDO, a despesa pública também deve ter adequação com os dispositivos da LOA, que apresenta regras sobre elaboração e execução orçamentária, assim como disciplina vários assuntos relacionados ao processo orçamentário, como critérios para autorização para a abertura de créditos suplementares.

Em relação ao aspecto programático, é oportuno esclarecer que é por meio da LOA que são fixadas as despesas orçamentárias. (IPEA, 2018a, p. 118).

Demonstrar-se-á indicação do Programa municipal ao qual a despesa proposta está associada ao PMIA e sua adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e com a LDO.

As peças de planejamento orçamentário do município de São José dos Campos, estão aprovadas através das leis vigentes, listadas no quadro a seguir:

Quadro 7 – Leis vigentes de planejamento orçamentário de São José dos Campos

Lei n. 9.632, de 15 de dezembro de 2017	Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021
Lei n. 9.968, de 5 de julho de 2019	Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020
Lei n. 10.046, de 11 de novembro de 2019	Lei Orçamentária Anual 2020

Fonte: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/governanca/portal-da-transparencia/pecas-de-planejamento/>

Os Programas e Ações constantes do PPA, LDO, LOA, descentralizados em várias Secretarias e Fundações do município de São José dos Campos, que encontram compatibilidade com o PMIA, foram extraídos do relatório anexo a Lei da LOA, denominado “*Demonstrativo de Programas e Ações por Órgão e Unidade – Físico e Financeiro*”. É necessário ressaltar que outras Ações existentes não foram incluídas, mas que contribuem indiretamente com serviços e investimentos para a área da Infância e Adolescência.

O próximo quadro irá destacar os Programas e Ações que encontram correspondência às Metas estabelecidas no PMIA:

Quadro 8 – Programas e Ações governamentais vigentes do município de São José dos Campos – Período de 2018 a 2021.

Programa 003 – Educação e Cidadania
Objetivo: Dar condições para o ensino exercer sua função social de garantir a todos o pleno exercício da cidadania, cumprindo seus deveres e usufruindo seus direitos, em todos os níveis escolares.
Ações governamentais:
1014 – Construção, reforma e ampliação de unidades de educação infantil
1015 – Construção, reforma e ampliação de escolas
2013 – Manutenção do Ensino Fundamental
2016 – Manutenção do Ensino de Jovens e Adultos
2017 – Manutenção do Ensino Especial
2018 – Manutenção do Ensino Profissionalizante
2025 – Alimentação Escolar
2026 – Transporte Escolar – Ensino Fundamental
2027 – Transporte Escolar – Ensino Pré-Escolar
2028 – Creches Conveniadas
2054 – Manutenção do Ensino Infantil
2021 – Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB
2022 – Manutenção do Ensino Pré-Escolar - FUNDEB
2023 – Manutenção de Creches e IMIs - FUNDEB
Programa 0004 – Esporte e Qualidade de Vida
Objetivo: Implantar atividades desportivas recreativas e de lazer, que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população.
Ação governamental:
2029 – Atividades de Esportes
Programa 005 – Apoio Social ao Cidadão
Objetivo: Garantir os direitos e promover a cidadania, e ações de proteção, vigilância e defesa aos municípios em situação de vulnerabilidade social.
Ação governamental:
2031 – Atividades de Apoio Social
Programa 0006 - Saúde
Objetivo: Proporcionar ao cidadão um serviço de saúde humanizado, com qualidade e resolutividade nos serviços prestados.
Ações governamentais:
2033 – Operacionalização do Hospital Municipal
2034 – Atividades da Rede de Atenção Básica
2035 – Atividades das Unidades de Atenção Secundária
2059 – Operacionalização do Hospital de Clínicas
Programa 0010 – Proteção ao Cidadão
Objetivo: Integrar as diversas forças de segurança e defesa do município, melhorando suas condições de trabalho, criando e modernizando os necessários sistemas tecnológicos, implantando e implementando os recursos necessários à plena segurança de todos os joseenses.
Ação governamental:
2049 – Manutenção da Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Tiro de Guerra
Programa 4003 – Ação Cultural Descentralizada
Objetivo: Ampliar o acesso da população aos bens culturais.
Ação governamental:
2403 – Oficinas e Eventos de Formação Cultural
Programa 5005 – Inova FUNDHAS – Modernização Administrativa

Objetivo: Criar e redefinir processos e procedimentos visando a melhoria da gestão e dinâmica do atendimento às crianças, adolescentes e familiares.
Ações governamentais:
2505 – Inova FUNDHAS – Gestão e Modernização Administrativa
Programa 5006 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FUMDICAD
Objetivo: Atendimento à crianças e adolescentes.
Ação governamental:
2506 – Demais despesas para manutenção das atividades

Fonte: Anexos da Lei nº 10.046, de 11 de novembro de 2019

Assim, o mapeamento geral das vinculações entre as metas estabelecidas no PMIA com os demais instrumentos de planejamento municipal (PPA, LDO, LOA), está demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 9 – Mapeamento das Metas do PMIA com demais instrumentos de planejamento

Projeto PMIA	ODS	META ODS	Índice IEGM	Plano Diretor	Programa Orçamentário	Ação Orç.
Projeto: Medidas para prevenção e redução dos óbitos de crianças.	ODS 3 – Vida Saudável	Meta 3.2 – Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos.	i-Saúde	Área da Saúde: Art. 116, incisos V e X.	Programa 006 - Saúde	Ações: 2033 – Operacionalização do Hospital Municipal 2034 – Atividades da Rede de Atenção Básica 2035 – Atividades das Unidades de Atenção Secundária 2059 – Operacionalização do Hospital de Clínicas
		Meta 3.4 – Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.				
Projeto: Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais: Acesso e qualidade; Projeto: Ensino Fundamental – Anos Iniciais: Desempenho	ODS 4 – Educação de Qualidade	Meta 4.1 – Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes	i-Educ	Área Educação: Art. 115, inciso II.	Programa 003 – Educação e Cidadania	Ações: 1015 – Construção, reforma e ampliação de escola 2013 – Manutenção do Ensino Fundamental 2026 – Transporte Escolar – Ensino Fundamental 2021 – Manutenção do Ensino Fundamental – FUNDEB 2025 – Alimentação Escolar
Projeto: Fila de espera em creches.		Meta 4.2 – Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.				

						2027 – Transporte Escolar – Ensino Pré-Escolar 2028 – Creches Conveniadas 2054 – Manutenção do Ensino Infantil 2022 – Manutenção do Ensino Pré-Escolar – FUNDEB 2023 – Manutenção de Creches e IMIs - FUNDEB
Projeto: Qualificação Profissional de adolescentes e jovens.		Meta 4.3 – Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.	i-Educ	Área Educação: Art. 115, inciso IV.	Programa 003 – Educação e Cidadania	Ações: 2016 – Manutenção do Ensino de Jovens e Adultos
Projeto: Qualificação Profissional de adolescentes e jovens.	ODS 4 – Educação de Qualidade	Meta 4.4 – Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.	i-Educ	Área Educação: Art. 115, inciso IV, VII. Área Desenvolvimento Econômico: Art. 116, inciso II, k.	Programa 003 – Educação e Cidadania Programa 4003 – Ação Cultural Descentralizada	Ações: 2016 – Manutenção do Ensino de Jovens e Adultos 2018 – Manutenção do Ensino Profissionalizante 2403 – Oficinas e Eventos de Formação Cultural
Projeto: Qualificação Profissional de adolescentes e jovens; Projeto: Inclusão social de crianças e adolescentes com deficiência.		Meta 4.5 – Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.	i-Educ	Área Educação: Art. 115, inciso VI. Área Assistência Social: Art. 117, inciso IV.	Programa 003 – Educação e Cidadania	Ações: 2017 – Manutenção do Ensino Especial

Projeto: Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais: Desempenho.		Meta 4.6 – Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.	i-Educ	Área Educação: Art. 115, inciso VII.	Programa 003 – Educação e Cidadania	Ação: 2016 – Manutenção do Ensino de Jovens e Adultos
Projeto: Inclusão social de crianças e adolescentes com deficiência.	ODS 8 – Trabalho digno e crescimento econômico	Meta 8.5 – Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.	N/D	Área Assistência Social: Art. 117, inciso IV. Art. 118, inciso X.	Programa 004 – Esporte e Qualidade de Vida Programa 005 – Apoio Social ao Cidadão	Ações: 2029 – Atividades de Esportes 2031 – Atividades de Apoio Social
Projeto: Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.		Meta 8.7 – Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.	N/D	Área Assistência Social: Art. 117, inciso IV.	Programa 005 – Apoio Social ao Cidadão Programa 5006 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FUMDICAD	Ações: 2031 – Atividades de Apoio Social 2506 – Demais despesas para manutenção das atividades
Projeto: Inclusão social de crianças e adolescentes com deficiência.	ODS 10 – Reduzir as desigualdades	Meta 10.2 – Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.	N/D	Área Assistência Social: Art. 117, inciso IV. Art. 118, inciso X Área do Esportes: Art. 119, incisos I, II, VI, XI. Área da Cultura: Art. 120, inciso XXIII.	Programa 004 – Esporte e Qualidade de Vida Programa 005 – Apoio Social ao Cidadão Programa 4003 – Ação Cultural Descentralizada	Ações: 2029 – Atividades de Esportes 2031 – Atividades de Apoio Social 2403 – Oficinas e Eventos de Formação Cultural

Projeto: Prevenção e enfrentamento das situações de violência contra crianças e adolescentes.	ODS 16 – Paz e Justiça	Meta 16.2 - Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças	N/D	Área Proteção ao Cidadão e à Cidade: Art. 123, incisos VI, VII, VIII. Art. 125, inciso IV.	Programa 5005 – Inova FUNDHAS – Modernização Administrativa Programa 5006 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMDICAD	Ações: 2505 – Inova FUNDHAS – Gestão e Modernização Administrativa 2506 – Demais despesas para manutenção das atividades
Projeto: Ampliação das atividades esportivas comunitárias oferecidas pela Secretaria de Esportes e Qualidade de Vida	N/D	N/D	N/D	Área Esportes: Art. 119, incisos I, II, VI, XI.	Programa 004 – Esporte e Qualidade de Vida	Ação: 2029 – Atividades de Esportes
Projeto: Ampliação do limite de idade para participação no Projeto Atleta Cidadão	N/D	N/D	N/D	Área Esportes: Art. 119, incisos I, II, VI, XI.	Programa 004 – Esporte e Qualidade de Vida	Ação: 2029 – Atividades de Esportes
Projeto: Alimentação Saudável	N/D	N/D	i-Educ	Área Saúde: Art. 116, inciso X	Programa 003 – Educação e Cidadania	Ação: 2025 – Alimentação Escolar
Projeto: Não previsão no Plano Municipal de Risco e Desastres Naturais de ações de	N/D	N/D	N/D	Área Proteção ao Cidadão e à Cidade: Art. 125, inciso IV	Programa 0010 – Proteção ao Cidadão	Ação: 2049 – Manutenção da Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Tiro de Guerra

prevenção e proteção de crianças e adolescentes em caso de ocorrência de desastres naturais						
---	--	--	--	--	--	--

Fonte: Anexos da Lei municipal n. 10.085, 17 de fevereiro de 2020, Guia para localização dos objetivos de desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros – o que os gestores municipais precisam saber – Confederação Nacional dos Municípios, 2013, Manual índice de efetividade da gestão municipal – Tribunal de Contas do Estado de São, 2019 e Anexos da Lei n° 10.046, de 11 de novembro de 2019.

Os Programas e Ações existentes nas peças de planejamento orçamentário possuem um escopo mais abrangente em algumas áreas, como Esportes e Lazer, Apoio Social ao Cidadão e Saúde, as quais prestam serviços para outros público-alvo, incluindo o atendimento à infância e adolescência. Nas áreas de Educação e Cidadania e dos serviços prestados pela Fundação Hélio Augusto de Souza – FUNDHAS, existem ações voltadas diretamente para o público infantil e adolescente. Inclusive, com uma ação específica para atividades através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – FUMDICAD.

4.7 – MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E CONTROLE

Considerando a matriz lógica do PMIA, vários atores (órgão ou setor) são responsáveis na execução das ações ou projetos, sendo que para cada ação há apenas um responsável, o que não significa que não possa haver demais atores empenhados em sua execução. Cabendo a este responsável articular esses demais atores envolvidos.

Os responsáveis foram assim constituídos: Secretarias municipais e seus específicos setores, Fundação Cultural Cassiano Ricardo, Fundação Hélio Augusto de Souza, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, Diretoria de Ensino, Poder Judiciário, Vara da Infância e Juventude – Ministério Público, Conselho Municipal de Cultura e Paz, Comissão Municipal Intersetorial de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, Hospitais Públicos e Privados.

Efetuar o monitoramento do PMIA, significará contribuir com a avaliação dos demais instrumentos de planejamento (ODS, Plano Diretor, IEGM, PPA, LDO, LOA), suas respectivas diretrizes definidas, e que encontram correspondência a este.

O processo de monitoramento e avaliação de políticas públicas gera a informação necessária para verificar desempenho de políticas, permitindo realizar ajustes ao longo de sua execução.

O controle possibilita que as ações e as diretrizes estabelecidas pelas políticas caminhem de fato de acordo com o esperado, havendo espaços e oportunidades para que os desvios e as inconformidades sejam detectados rapidamente.

A avaliação envolve julgamento, atribuição de valor e mensuração da política, no sentido de melhorar seus processos de tomada de decisão e ajustar as linhas de intervenção. Trata-se de informação mais aprofundada e detalhada sobre o funcionamento e os efeitos da política (IPEA, 2018a, p.163).

O PMIA composto de 13 Projetos, que abrange 19 Metas, incluindo 24 Indicadores de Resultados e 121 Ações, e irá contemplar uma ferramenta tecnológica em plataforma online para o acompanhamento, avaliação e controle dos projetos.

Para o monitoramento e avaliação do PMIA foi desenvolvida uma ferramenta tecnológica em plataforma online para acompanhamento, avaliação e controle dos projetos, que permite avaliar a efetividade por meio de estabelecimento de indicadores e banco de dados.

O sistema possibilitará a interface das diversas políticas públicas, no que se refere ao registro, divulgação e participação das atividades e ações específicas de cada área, criando assim uma agenda única e integrada.

O processo de acompanhamento do monitoramento será realizado de forma contínua e coletiva, mediante a participação de todos os atores envolvidos na elaboração do PMIA (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, Anexos da Lei Municipal n. 10.085, 17 de fev. 2020).

A seguir, complementando o quadro anterior, o quadro 10 irá acrescentar os atores responsáveis pelo monitoramento, avaliação e controle das Metas estabelecidas no PMIA, sujeitos significativos em termos de atuação de atores políticos no contexto das políticas públicas.

Quadro 10 – Mapeamento das Metas do PMIA com demais instrumentos de planejamento e responsáveis pelo monitoramento, avaliação e controle

Projeto PMIA	ODS	META ODS	Índice IEGM	Plano Diretor	Programa Orçamentário	Ação Orç.	Ator Responsável
Projeto: Medidas para prevenção e redução dos óbitos de crianças.	ODS 3 – Vida Saudável	Meta 3.2 – Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos.	i-Saúde	Área da Saúde: Art. 116, incisos V e X.	Programa 006 – Saúde	Ações: 2033 – Operacionalização do Hospital Municipal 2034 – Atividades da Rede de Atenção Básica 2035 – Atividades das Unidades de Atenção Secundária 2059 – Operacionalização do Hospital de Clínicas	Secretaria de Saúde
		Meta 3.4 – Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.					
Projeto: Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais: Acesso e qualidade; Projeto: Ensino Fundamental – Anos Iniciais: Desempenho	ODS 4 – Educação de Qualidade	Meta 4.1 – Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes	i-Educ	Área Educação: Art. 115, inciso II.	Programa 003 – Educação e Cidadania	Ações: 1015 – Construção, reforma e ampliação de escola 2013 – Manutenção do Ensino Fundamental 2026 – Transporte Escolar – Ensino Fundamental 2021 – Manutenção do Ensino Fundamental – FUNDEB 2025 – Alimentação Escolar	Secretaria de Educação e Cidadania, FUNDHAS
Projeto: Fila de espera em creches.		Meta 4.2 – Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e					

		educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.		Art. 115, inciso I.		2027 – Transporte Escolar – Ensino Pré-Escolar 2028 – Creches Conveniadas 2054 – Manutenção do Ensino Infantil 2022 – Manutenção do Ensino Pré-Escolar – FUNDEB 2023 – Manutenção de Creches e IMIs – FUNDEB	
Projeto: Qualificação Profissional de adolescentes e jovens.		Meta 4.3 – Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.	i-Educ	Área Educação: Art. 115, inciso IV.	Programa 003 – Educação e Cidadania	Ações: 2016 – Manutenção do Ensino de Jovens e Adultos	Secretaria de Educação e Cidadania, Secretaria de Inovação e Desenvolvimento, FUNHDAS.
Projeto: Qualificação Profissional de adolescentes e jovens.	ODS 4 – Educação de Qualidade	Meta 4.4 – Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.	i-Educ	Área Educação: Art. 115, inciso IV, VII. Área Desenvolvimento Econômico: Art. 116, inciso II, k.	Programa 003 – Educação e Cidadania Programa 4003 – Ação Cultural Descentralizada	Ações: 2016 – Manutenção do Ensino de Jovens e Adultos 2018 – Manutenção do Ensino Profissionalizante 2403 – Oficinas e Eventos de Formação Cultural	Secretaria de Inovação e Desenvolvimento, FUNDHAS.
Projeto: Qualificação Profissional de adolescentes e jovens; Projeto: Inclusão social de crianças e		Meta 4.5 – Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas	i-Educ	Área Educação: Art. 115, inciso VI.	Programa 003 – Educação e Cidadania	Ações: 2017 – Manutenção do Ensino Especial	

adolescentes com deficiência.		com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.		Área Assistência Social: Art. 117, inciso IV.			
Projeto: Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais: Desempenho.		Meta 4.6 – Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.	i-Educ	Área Educação: Art. 115, inciso VII.	Programa 003 – Educação e Cidadania	Ação: 2016 – Manutenção do Ensino de Jovens e Adultos	Secretaria de Educação e Cidadania
Projeto: Inclusão social de crianças e adolescentes com deficiência.	ODS 8 – Trabalho digno e crescimento econômico	Meta 8.5 – Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.	N/D	Área Assistência Social: Art. 117, inciso IV. Art. 118, inciso X.	Programa 004 – Esporte e Qualidade de Vida Programa 005 – Apoio Social ao Cidadão	Ações: 2029 – Atividades de Esportes 2031 – Atividades de Apoio Social	
Projeto: Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.		Meta 8.7 – Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.	N/D	Área Assistência Social: Art. 117, inciso IV.	Programa 005 – Apoio Social ao Cidadão Programa 5006 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMDICAD	Ações: 2031 – Atividades de Apoio Social 2506 – Demais despesas para manutenção das atividades	Comissão Municipal Intersectorial de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
Projeto: Inclusão social de crianças e adolescentes com deficiência.	ODS 10 – Reduzir as desigualdades	Meta 10.2 – Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia,	N/D	Área Assistência Social: Art. 117, inciso IV.	Programa 004 – Esporte e Qualidade de Vida	Ações: 2029 – Atividades de Esportes 2031 – Atividades de Apoio Social	Secretaria de Apoio Social ao Cidadão, Saúde, Esporte e Qualidade de Vida, Apoio

		origem, religião, condição econômica ou outra.		Art. 118, inciso X Área do Esportes: Art. 119, incisos I, II, VI, XI. Área da Cultura: Art. 120, inciso XXIII.	Programa 005 – Apoio Social ao Cidadão Programa 4003 – Ação Cultural Descentralizada	2403 – Oficinas e Eventos de Formação Cultural	Social ao Cidadão, Educação e Cidadania, Mobilidade Urbana, Fundação Cultural Cassiano Ricardo, FUNDHAS, CMDA, Conselho Tutelar.
Projeto: Prevenção e enfrentamento das situações de violência contra crianças e adolescentes.	ODS 16 – Paz e Justiça	Meta 16.2 – Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças	N/D	Área Proteção ao Cidadão e à Cidade: Art. 123, incisos VI, VII, VIII. Art. 125, inciso IV.	Programa 5005 – Inova FUNDHAS – Modernização Administrativa Programa 5006 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMDICAD	Ações: 2505 – Inova FUNDHAS – Gestão e Modernização Administrativa 2506 – Demais despesas para manutenção das atividades	Secretaria de Apoio Social ao Cidadão
Projeto: Ampliação das atividades esportivas comunitárias oferecidas pela Secretaria de Esportes e Qualidade de Vida	N/D	N/D	N/D	Área Esportes: Art. 119, incisos I, II, VI, XI.	Programa 004 – Esporte e Qualidade de Vida	Ação: 2029 – Atividades de Esportes	Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida
Projeto: Ampliação do limite de idade para participação no Projeto Atleta Cidadão	N/D	N/D	N/D	Área Esportes: Art. 119, incisos I,	Programa 004 – Esporte e Qualidade de Vida	Ação: 2029 – Atividades de Esportes	Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida

				II, VI, XI.			
Projeto: Alimentação Saudável	N/D	N/D	i-Educ	Área Saúde: Art. 116, inciso X	Programa 003 – Educação e Cidadania	Ação: 2025 – Alimentação Escolar	Secretaria de Educação e Cidadania
Projeto: Não previsão no Plano Municipal de Risco e Desastres Naturais de ações de prevenção e proteção de crianças e adolescentes em caso de ocorrência de desastres naturais	N/D	N/D	N/D	Área Proteção ao Cidadão e à Cidade: Art. 125, inciso IV	Programa 0010 – Proteção ao Cidadão	Ação: 2049 – Manutenção da Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Tiro de Guerra	Secretaria de Proteção ao Cidadão

Fonte: Anexos da Lei municipal n. 10.085, 17 de fevereiro de 2020, Guia para localização dos objetivos de desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros – o que os gestores municipais precisam saber – Confederação Nacional dos Municípios, 2013, Manual índice de efetividade da gestão municipal – Tribunal de Contas do Estado de São, 2019 e Anexos da Lei n° 10.046, de 11 de novembro de 2019.

Conforme *guia de avaliação de políticas públicas – ex post – volume 2* da Casa Civil da Presidência da República, várias são as linhas de **avaliação das políticas públicas**:

Quadro 11 – Síntese das formas de avaliação das políticas públicas.

Abordagem	Descrição
Avaliação executiva	Permite, de forma prática e rápida, identificar em qual elemento ou em qual processo da cadeia de valor da política há maior chance de ocorrerem aprimoramentos.
Análise do diagnóstico do problema	A partir da avaliação executiva, que descreve e apresenta a relação dos indicadores mais gerais do problema para o qual a política se dirige, as suas causas e consequências, pode-se chegar, por exemplo, à conclusão de que cabe aprofundar a análise do diagnóstico desse problema .
Avaliação de desenho	Permitirá que o desenho planejado inicialmente seja confrontado com a experiência prática de implementação da política, o que gera informações e recomendações para retroalimentar o desenho da política e, conseqüentemente, aprimorar a sua gestão e os seus resultados.
Avaliação de implementação	É por meio dessa abordagem, que se identifica se a execução das políticas públicas vem ocorrendo conforme os normativos existentes e o desenho estabelecido – observando a entrega adequada de produtos e que estes estejam sendo feitos para o público elegível.
Avaliação de governança	A avaliação de governança da política pública diz respeito à análise das estruturas, das funções, dos processos e das tradições organizacionais para garantir que as ações planejadas (políticas) sejam executadas de tal maneira que atinjam seus objetivos e resultados de forma transparente.
Avaliação de resultados	Ajuda a responder se, primeiro, há variáveis de resultados e de impactos da política definidas, mensuráveis e disponíveis, segundo, se há evidências de que esses resultados estão sendo alcançados ao longo do tempo e se estão em linha com os planejamentos anteriormente estabelecidos pela política e pelos instrumentos de planejamento macro e setoriais.
Avaliação de impacto	Trata-se do tipo de avaliação que busca demarcar, na vida dos beneficiários, a diferença atribuída à política de forma inequívoca.
Avaliação econômica	É uma das formas disponíveis para se responder sobre o retorno econômico e social da política, ou seja, se os benefícios estimados com a política justificam a sua execução ou até mesmo a sua expansão.
Análise de eficiência	É uma abordagem que utiliza metodologias estatísticas e econométricas, como a fronteira estocástica e a análise envoltória de dados, para mensurar a eficiência técnica dos gastos setoriais e temáticos.

Fonte: Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise *ex post*, vol. 2, Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018b.

De forma mais abrangente, considerando a vinculação com demais instrumentos de planejamento, a **avaliação de implantação e de resultados**, é a recomendação para o período inicial de implementação da política do PMIA.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise do PMIA, e considerando os fundamentos teóricos investigados, percorremos várias etapas na construção da interligação entre as metas estabelecidas com os demais instrumentos de planejamento.

A etapa do planejamento, como visto, é fundamental para anteceder e orientar a ação e a gestão cotidiana do Estado (CARDOSO JR., 2011a). A matriz lógica utilizada para a formulação do PMIA, é o modelo deste planejamento. Com a análise *ex ante*, temos que seu fundamento é orientar a decisão para que ela recaia sobre a alternativa mais efetiva, eficaz e eficiente. As ações que requerem análise *ex ante*, são a criação, expansão e aperfeiçoamento de política pública.

O uso de indicadores apropriados torna o objetivo mensurável ou, pelo menos, qualificado, permitindo o maior entendimento dos resultados da ação pública por parte da sociedade (IPEA, 2018a, p. 73).

Com estes fundamentos, percorremos a caracterização do processo de apuração dos indicadores finalísticos destinados a compor o Índice de Efetividade de Gestão Municipal – IEGM. A correta avaliação destes indicadores irá permitir o acompanhamento dos indicadores do PMIA e também dos demais instrumentos de planejamento ao qual estão vinculados, como os ODS, PDDI, PPA, LDO, LOA. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, de natureza global e universalmente aplicáveis, guardam relação com as políticas públicas, tanto no âmbito regional quanto no local (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2016).

O Plano Diretor é um instrumento legal que visa propiciar o desenvolvimento municipal, fixando diretrizes objetivas (metas) e respectivos programas e projetos em um horizonte de tempo determinado (REZENDE; ULTRAMARI, 2007).

Ambos instrumentos encontram diretrizes vinculadas as metas do PMIA, que visa a promoção, a proteção e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Os instrumentos de planejamento orçamentário (PPA, LDO, LOA), irão materializar as metas previstas no PMIA, financeiramente, através de seus respectivos Programas e Ações, por meio de processos licitatórios e de forma transparente.

Assim, para que possamos verificar a efetiva realização das metas estabelecidas no PMIA, o processo de monitoramento, avaliação e controle de políticas públicas irá gerar a informação necessária, permitindo realizar ajustes ao longo de sua execução. A avaliação envolve julgamento, atribuição de valor e mensuração da política, através dos indicadores, para melhorar seus processos de tomada de decisão e ajustar as linhas de intervenção.

O controle se refere aos mecanismos implantados para verificar se a realização das ações de uma determinada política não se desvia dos objetivos ou das normas e princípios que a regem. Estas obrigações foram designadas aos respectivos órgãos municipais, que se valendo de instrumentos sistêmicos irão conseguir efetuar estas avaliações periodicamente.

Tendo percorrido várias etapas para a caracterização e interligação do PMIA com os demais instrumentos de planejamento, podemos perceber que este processo de gestão, poderia ser utilizado de forma abrangente, quando da elaboração de novos Planos.

Os instrumentos de planejamento, com diretrizes estabelecidas em momentos diferentes do tempo, mas que encontram suas respectivas correspondências em outros Planos, devem-se vincular estrategicamente, possibilitando uma melhor avaliação integrada, e permitindo que estas se tornem, de fato, metas de um plano de governo a ser alcançado, dentro de suas possibilidades e medidas, nas sucessivas gestões futuras.

Além disso, percorrer algumas etapas para a análise do PMIA, permitiu constatar que a bibliografia disponível para formulação de programas governamentais, está bem avançada em conceitos e metodologias, que contribuem enormemente para orientar os gestores públicos.

Os guias de avaliação de políticas públicas (*ex ante* / *ex post*), exploram de forma abrangente várias etapas para a formulação, implementação, monitoramento, avaliação e controle das políticas públicas.

A possibilidade de mapear as diretrizes constantes nos diferentes instrumentos de planejamento, torna-se um processo adequado de gestão estratégica, pois permite uma melhor avaliação das metas estabelecidas nos respectivos Planos.

Definir metas para uma gestão governamental, requer um bom diagnóstico da situação, em suas várias áreas de atuação. Aproveitando o trabalho técnico de diagnóstico, desenvolvido nas diversas áreas de atuação de um órgão público, para atendimento de um determinado público alvo ou necessidade, alguns destes que fundamentam a aprovação de leis específicas, permitirá a busca de sua consolidação com outros já existentes, mapeando os pontos convergentes, implementando-os e avaliando-os.

No entanto, estabelecer um alinhamento estratégico de metas em diferentes Programas Governamentais, definindo-as como diretrizes de gestão pública, é um caminho que precisa de melhoria em sua construção. Porém, as ferramentas que fundamentam este processo já estão formuladas e disponíveis, e quando melhor organizado este processo de gestão pública, voltado principalmente em atender as demandas, poderá oferecer ótimos serviços à população.

REFERÊNCIAS

1. ANDRADE, Nilton de A., *et al.* **Planejamento Governamental para Municípios**. 2º ed., São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008, ISBN 978-85-224-4944-6.
2. CARDOSO JR., José C. **Planejamento governamental e gestão pública no Brasil: elementos para ressignificar o debate e capacitar o estado**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2011a.
3. CARDOSO JR, José C. **A reinvenção do planejamento governamental no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2011b.
4. CARDOSO JR., José C. **Monitoramento estratégico de políticas públicas: requisitos tecnopolíticos, proposta metodológica e implicações práticas para a alta administração pública brasileira**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Fev/2015.
5. CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA & INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante**, vol. 1, Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018a, ISBN 978-85-7811-319-3.
6. CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA & INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post**, vol. 2, Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018b, ISBN 978-85-85142-94-0.
7. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS – CNM. **Guia para localização dos objetivos de desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros – o que os gestores municipais precisam saber**. Brasília: CNM, 2016. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/ODS-Objetivos_de_Developmento_Sustentavel_nos_Municipios_Brasileiros.pdf>. Acesso em 17 de out. 2020.
8. CORRÊA, Izabela M. **Planejamento estratégico e gestão pública por resultados no processo de reforma administrativa do estado de minas gerais**. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública – RAP, Mai/Jun/2007.
9. GERHARDT, Tatiana E.; SILVEIRA, Denise T. **Métodos de pesquisa – EAD – Série Educação a Distância**. Rio Grande do Sul: UFRGS Editora, 2009.
10. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados do município de São José dos Campos - IBGE**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-jose-dos-campos.html>>. Acesso em 03 de set. de 2020.
11. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Planejamento e gestão governamental na esfera estadual: uma análise comparativa dos processos, conteúdos e sistema de acompanhamento dos ppas – estado do ceará – plano plurianual 2012-2015**. Brasília: IPEA, 2013.

12. REZENDE, Denis A.; ULTRAMARI, Clovis. **Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual**. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública. Mar/Abr. 2007.
13. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Índice de efetividade da gestão municipal – manual 2020 – dados do exercício de 2019**. São Paulo, TCESP, 2019. Disponível em: <<https://www.tce.sp.gov.br/publicacoes/manual-ieg-m-2020>>. Acesso em: 06 de maio de 2020.
14. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Lei n. 9.632, de 15 de dezembro de 2017. **Plano plurianual para o período de 2018 a 2021**. Boletim do Município n. 2431, de 21 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/governanca/portal-da-transparencia/pecas-de-planejamento/>>. Acesso em: 17 de out. 2020.
15. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Lei Complementar n. 612, de 30 de novembro de 2018. **Plano diretor de desenvolvimento integrado do município de são josé dos campos**. Boletim do Município n. 2503, de 30 nov. 2018. Disponível em: <<http://servicos2.sjc.sp.gov.br/legislacao/Leis%20Complementares/2018/612.pdf>>. Acesso em: 17 de out. 2020.
16. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Lei n. 9.968, de 05 de julho de 2019. **Diretrizes orçamentárias para o exercício de 2020**. Boletim do Município n. 2550, de 12 jul. 2019. Disponível em: <<https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/governanca/portal-da-transparencia/pecas-de-planejamento/>>. Acesso em: 17 de out. 2020.
17. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Lei n. 10.046, de 11 de novembro de 2019. **Lei Orçamentária Anual 2020**. Boletim do Município n. 2576, de 22 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/governanca/portal-da-transparencia/pecas-de-planejamento/>>. Acesso em: 17 de out. 2020.
18. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Lei n. 10.085, de 17 de fevereiro de 2020. **Plano municipal para infância e adolescência 2017 a 2030**. Boletim do Município n. 2598, 21 fev. 2020.

ANEXOS

ANEXO A – Matriz lógica do Programa Municipal para Infância e Adolescência

Conjunto de elementos que compõe a matriz lógica, conforme recomendado pela Fundação Abrinq:

Problema central: expressa uma situação concreta negativa identificada como prioritária capaz de ser resolvida ou atenuada pelo Município no período de vigência do Plano (10 anos). Para a seleção de quais problemas devem constar no Plano, devem ser definidas prioridades, de acordo com a urgência e com a capacidade de execução do município sobre cada um deles. Para cada problema central está associado um objetivo de impacto.

Objetivo de impacto: exprime a transformação do problema central (situação negativa) em situação futura desejada. Expressa a situação positiva ou favorável que se quer alcançar, quando tiver sido resolvida ou reduzida a situação negativa identificada, registrada como problema central. Cada objetivo de impacto possuirá um ou mais resultados esperados/metastas, que podem ser entendidos como objetivos intermediários.

Resultados esperado/meta: situação concreta que deverá ser atingida ao final da execução das ações e/ou projetos escolhidos para produzi-lo. Ao ser alcançado, cada resultado esperado/meta deve ser capaz de levar à situação descrita no objetivo de impacto. Além disso, deve ser passível de uma constatação que não dê margem a interpretações pessoais, ou seja, deve ser construído a partir de parâmetros, chamados de indicadores de resultado. Cada resultado esperado/meta possui pelo menos um indicador de resultado.

Indicador de resultado: permite acompanhar, por meio de fatos ou de dados, se o resultado esperado está sendo ou foi alcançado e em que medida – integralmente ou parcialmente. Cada indicador de resultado possui um meio de verificação.

Meio de verificação: mostra onde o indicador de resultado pode ser obtido, acessado ou localizado.

Ação/projeto: meios que serão utilizados para alcançar o resultado esperado/meta aos quais foram associados. Portanto, deve haver total compatibilidade entre a ação ou projeto e o seu respectivo resultado esperado/meta. A cada ação/projeto estão associados seus respectivos elementos descritivos, listados abaixo.

Responsável: ator (órgão ou setor) ao qual cabe a responsabilidade da execução de cada ação ou projeto. Para cada ação há apenas um responsável, o que não significa que não possa haver demais atores empenhados em sua execução. Cabe a este responsável articular esses demais atores envolvidos.

Envolvidos: ator ou atores que contribuem para a execução da ação/projeto mas que não são o principal executor (responsável).

Prazos: mês ou ano nos quais começarão e terminarão as ações/projetos, permitindo o seu acompanhamento. Ao explicitar os prazos de cada uma das ações/projetos, é possível diferenciar ações de curto, médio ou longo prazo, bem como ações pontuais de ações contínuas, além de permitir o encadeamento de ações dependentes entre si.

Fonte de recursos: indica a origem do financiamento das ações/projetos propostos. A identificação da fonte de recursos ajuda a trazer materialidade ao Plano e impede que o Plano seja composto de ações inviáveis do ponto de vista de seu financiamento. Pode ser indicado a secretaria, fundo ou órgão que viabilizará a ação ou o projeto vinculado.

Fonte: Lei municipal n. 10.085, 17 de fevereiro de 2020.

ANEXO B – Composição do modelo lógico na esfera federal:

O modelo lógico é composto por: insumos, atividades, produtos, resultados e impactos.

É importante insistir que cada componente do modelo é logicamente conectado ao seguinte. Portanto, não existe atividade se os insumos não foram previstos e disponibilizados. Não existe produto se insumos e atividades não foram plenamente realizados. Não há resultado sem produto, nem impacto sem resultados que persistem ao longo de um tempo de maturação.

A seguir, cada um desses componentes do modelo lógico é descrito:

Insumos

Os insumos de uma política são os recursos necessários para a sua execução, sejam financeiros, físicos (equipamentos, materiais, instalações), humanos (número, tipo, qualificação) ou outros. Por exemplo, a sensibilização de atores, a mudança de marcos normativos, o diagnóstico de situação, as pesquisas de opinião, entre outros, podem ser considerados, a depender do problema, insumos para a política.

Atividades

As atividades são as ações e os serviços realizados sob o escopo da política. Nessa etapa, devem ser consideradas:

- Atividades diretas, aquelas que recaem sobre os beneficiários da política em si (treinamentos, distribuições de renda, etc); e
- Atividades indiretas, aquelas necessárias para garantir a realização da política (treinamento de funcionários, tarefas de gerenciamento, provisão de instalações, etc).

Produtos

No âmbito de um modelo lógico, denominam-se produtos (outputs) os frutos diretos e quantificáveis das atividades da política, entregues imediatamente pela realização de suas atividades. Trata-se, por exemplo, do número de beneficiários servidos, do número de horas de duração de uma intervenção, do número de funcionários treinados, da quantidade de benefício entregue, entre outros. Por norma, cada atividade deve contribuir para, no mínimo, um produto.

Resultados

Os resultados (outcomes) de uma política, por sua vez, são mudanças observadas no curto prazo sobre indivíduos, grupos ou instituições, como resultado da intervenção realizada.

Alterações sobre conhecimento, habilidades, atitudes, motivação e comportamento de indivíduos são alguns exemplos.

Resultados devem ser observáveis e mensuráveis, por serem os efeitos diretos da intervenção sobre os beneficiários.

Os resultados esperados, bem como as metas previstas no desenho da política, representam referências iniciais, que precisam ser calibradas durante e após o processo de implantação da ação pública, afetando os instrumentos disponíveis utilizados. A definição de resultados preliminares e, especialmente, de metas quantitativas da ação pública é essencial para a avaliação da eficácia, eficiência e efetividade da política. O uso de indicadores quantitativos e/ou qualitativos apropriados faz parte, então, do seu desenho. Após a implantação da ação pública, esses parâmetros iniciais podem ser comparados com os resultados efetivados e as metas alcançadas, no âmbito de avaliações *ex post*.

Impactos

Por fim, os impactos de uma política são mudanças de mais longo prazo promovidas sobre o aspecto ou a perspectiva futura de seus beneficiários ou grupo no qual se inserem.

Trata-se, grosso modo, “dos resultados dos resultados” de uma política, ou seja, das consequências geradas em um momento mais distante a partir dos resultados diretamente atribuídos a uma intervenção. Assim como na etapa precedente, impactos devem ser mensuráveis e a constatação de sua causalidade também requererá comparação a um contrafactual.

Fonte: Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise *ex ante*, vol. 1, Brasília: Casa Civil da Presidência da República e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, 2018a

ANEXO C - Matriz Lógica do Programa municipal para infância e adolescência


PMIA MATRIZ LÓGICA

Área temática: 16) Atenção a crianças e adolescentes vítimas de negligência, maus-tratos e violência doméstica

Nome do Projeto: Prevenção e enfrentamento das situações de Violência Contra Crianças e Adolescentes

Problema central: Alta taxa de violências contra crianças e adolescentes

Objetivo de impacto: Reduzir, proteger e prevenir crianças e adolescentes das situações de violências


ODS ASSOCIADOS:			METAS ODS ASSOCIADAS:	16.2 Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças				
RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
Redução da taxa de violências contra crianças e adolescentes; Melhoria da qualidade de vida das crianças e adolescentes; Prevenção e	Número de notificações e denúncias de violências contra crianças e adolescentes realizadas e confirmadas; Redução dos	Sistemas e relatórios de atendimento da rede de serviços (SINAN NET, instrumentos de vigilância em saúde, Disque 100, Sistema	Reativação de Comissão Intersetorial de Prevenção e Enfrentamento da Violência, com indicação de representantes por meio da elaboração de portaria de nomeação. Formação continuada anual na emergência e encontros mensais da rede regional de proteção. Manutenção do Projeto	Secretaria de Apoio Social ao Cidadão - Apoio; Secretaria de Saúde e Secretariade Educação e Cidadania	2/9/2019	20/12/2020	Municipal	Secretaria de Apoio Social ao Cidadão - SASC; Secretaria de Educação e Cidadania; Mobilidade Urbana; Fundação Cultural; FUNDHAS; Secretaria de Proteção ao Cidadão; Governança; Secretaria de Esportes; CMDCA; Conselho Tutelar;

RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
tratamento dos agravos causados pelas violências	danos causados pelas violências (índice de gestação, HIV/IST, hepatite B e Tétano)	156) e GEINFO da Secretaria de Saúde	Intersecretarias "Cuidado da Primeira Infância" (2017/19)					Diretoria de Ensino; Poder Judiciário
			Realização de formação continuada à rede de serviços sobre o Sistema de Garantia de Direitos	Comissão Intersetorial de Prevenção e Enfrentamento da Violência	02/07/2020	20/12/2030	Federal/ Municipal	Secretaria de Apoio Social ao Cidadão/ saúde/CMDCA
			Elaboração do Plano Municipal de Enfrentamento da violência contra Crianças e Adolescentes	Comissão Intersetorial de Prevenção e Enfrentamento da Violência	01/03/2020	06/12/2020	Municipal	Comissão Intersetorial de Prevenção e Enfrentamento da Violência
			Aprovação do Plano pelo CMDCA.	Comissão Intersetorial de Prevenção e Enfrentamento da Violência	10/12/2020	17/12/2020	Municipal	Comissão Intersetorial de Prevenção e Enfrentamento da Violência

RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
			Implementação do Plano Municipal de Enfrentamento da violência contra Crianças e Adolescentes	Comissão Intersetorial de Prevenção e Enfrentamento da Violência	02/01/2021	01/12/2030	Municipal	Comissão Intersetorial de Prevenção e Enfrentamento da Violência
			Apoiar a Implantação de Polo de Justiça Restaurativa e Cultura de Paz	Secretaria de Saúde, Programa Saúde da Criança e Adolescente, referência técnica de prevenção de violência e promoção de cultura de paz.	08/05/2018	31/12/2028	Municipal	Vigilância Epidemiológica/ Vara da Infância e Juventude - Ministério Público; Comissão Intersetorial de Prevenção e Enfrentamento da Violência; Conselho Municipal de Cultura de Paz
			Estudo e criação da Comissão de uma Gestão de Crises para os casos emergenciais de violência contra criança e adolescente.	Secretarias Educação e Cidadania, Apoio Social ao Cidadão, Saúde e Governança.	02/01/2020	01/12/2020	Municipal	Secretaria de Apoio Social ao Cidadão - SASC; Secretaria de Saúde; Secretaria de Educação e Cidadania; Mobilidade Urbana; Fundação Cultural; FUNDHAS; Secretaria de Proteção ao Cidadão; Governança; Secretaria de Esportes; CMDCA; Conselho Tutelar

RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
			Formação continuada para a Rede de Serviços sobre os fluxos, protocolos e procedimentos referentes ao atendimento de situações de violência contra crianças e adolescentes.	Comissão Intersetorial de Prevenção e Enfrentamento da Violência	02/08/2019	02/08/2029	Federal/ Municipal	Secretaria de Apoio Social ao Cidadão - SASC; Secretaria de Saúde; Secretaria de Educação e Cidadania; Mobilidade Urbana; Fundação Cultural; FUNDHAS; Secretaria de Proteção ao Cidadão; Governança; Secretaria de Esportes; CMDCA; Conselho Tutelar
			Aprimorar o processo de averiguação de denúncias com foco na eficácia e eficiência	Secretaria de Governança, Poder Judiciário e Conselho Tutelar	02/01/2020	30/12/2022	Federal/ Municipal	Secretaria de Apoio Social ao Cidadão, Secretaria de Saúde e CMDCA
			Aprimorar o acompanhamento multisetorial e multidisciplinar das situações de violência confirmados	Secretaria de Apoio Social ao Cidadão e Secretaria de Saúde	02/01/2017	30/12/2029	Federal/ Municipal	Secretaria de Apoio Social ao Cidadão, Secretaria de Saúde e Conselho Tutelar

RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
			Monitoramento e avaliação anual do Plano	Comissão Intersetorial de Prevenção e Enfrentamento da Violência	02/12/2021	30/12/2030	Federal/Municipal	Comissão Intersetorial de Prevenção e Enfrentamento da Violência e CMDCA
			Criação de Sistema/BI Municipal Integrado de Acompanhamento e Monitoramento das Situações de Violência Contra Crianças e Adolescentes	Governança	01/04/2020	06/12/2029	Municipal	Secretarias de Saúde, Educação e Cidadania, Apoio Social ao Cidadão, Esporte e Qualidade de Vida, Mobilidade Urbana, Fundação Cultural, FUNDHAS, CMDCA, Comissão Intersetorial de Prevenção e Enfrentamento da Violência e Conselho Tutelar
			Criação de portaria para garantia de inserção imediata de crianças e adolescentes em situações de violência sexual em atividades de contra turno escolar	FUNDHAS	15/08/2019	01/12/2019	Municipal	Secretarias de Saúde, Educação e Cidadania, Apoio Social ao Cidadão, Esporte e Qualidade de Vida, CMDCA, Comissão Intersetorial de Prevenção e Enfrentamento da Violência e Conselho Tutelar

Área temática:	Acesso de Educação de qualidade							
Nome do Projeto:	Ensino Fundamental- Anos Iniciais e Finais: Acesso e qualidade							
Problema central:	Baixa adesão, permanência e frequência da criança e adolescente no contraturno escolar.							
Objetivo de impacto:	Aumentar o número de alunos matriculados em tempo integral dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental.							
ODS ASSOCIADOS:			METAS ODS ASSOCIADAS:	4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes				
RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
Aumentar o número de alunos matriculados em tempo integral dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, assegurando sua frequência e permanência.	Números de alunos matriculados em tempo integral por ano letivo; Evolução do desempenho escolar; Frequência média no contraturno.	Planilhas Conselho Participativo de Classe/ SISTAE; Planilha de registro de frequência (SISTAE); Evolução de números de matriculados no contraturno por ano (EDUCACENSO / SED).	Fazer reuniões com as famílias para conscientizar a permanência dos alunos na escola;	Secretaria de Educação e Cidadania	1/2/2019	1/10/2029	MUNICIPAL	Equipe Gestora-Escola/ Professores
			Ampliar as possibilidades das atividades com instituições parceiras como: Fundação Cultural, FUNDHAS, Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida;	Secretaria de Educação e Cidadania	1/2/2016	1/12/2029	MUNICIPAL	Secretaria de Educação e Cidadania/ FUNDHAS/ FUNDAÇÃO CULTURAL/SECESPORTEE QUALIDADE DE VIDA
			Implementar uma proposta metodológica, com foco na BNCC, projeto de vida, no conceito de empreendedorismo e iniciação qualificação/profissional que sejam mais adequadas e atrativas a faixa etária de crianças e adolescente, respeitando suas especificidades;	Secretaria de Educação e Cidadania / FUNDHAS	1/2/2020	1/12/2029	MUNICIPAL	CEDEMP/COORDENADORIA EFETI/FUNDHAS

RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
			Aumentar em 20% o número de alunos matriculados no contraturno escolar em 2020	SEC	1/2/2019	1/12/2020	MUNICIPAL	Secretaria de Educação e Cidadania/ESCOLA
			Priorizar a oferta de contraturno em regiões com altos índices de vulnerabilidade e ou risco social;	Secretaria de Educação e Cidadania /FUNDHAS	1/2/2020	1/12/2029	MUNICIPAL	Secretaria de Educação e Cidadania/FUNDHAS/ESCOLA
			Construir um plano de marketing para trabalhar a percepção de valor do contraturno escolar junto das famílias, responsáveis e munícipes de São José dos Campos.	Secretaria Educação Cidadania FUNDHAS /	1/2/2019	1/12/2020	MUNICIPAL	COORDENADORIA PEDAGÓGICA/ PUBLICAÇÕES E IMPRENSA Secretaria de Educação e Cidadania/ ESCOLA/FUNDHAS
			Contratar assessoria técnica para reestruturação da educação em tempo integral da rede municipal	Secretaria Educação Cidadania	01/02/2019	01/07/2020	MUNICIPAL	SEC EDUCAÇÃO E CIDADANIA/COORDENADORIA/ESCOLAS

Área temática:	Educação Infantil							
Nome do Projeto: Fila de Espera em Creches								
Problema central: Demanda de 0 a 3 anos é maior que a oferta de vagas								
Objetivo de impacto: Atender 100% de demanda de 0 a 3 anos no município até 2020								
ODS ASSOCIADOS:			METAS ODS ASSOCIADAS:	4.2 Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário				
RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
Ampliar a oferta de vagas na Educação Infantil Municipal; Atender 100% da demanda de 0 a 3 anos até 2020;	Redução do número de crianças em fila de espera por vagas na Educação Infantil Municipal; Vagas ampliadas em 2017, 2018 e 2019	Aumento do número de crianças matriculadas nas unidades de Educação Infantil Municipal; Aumento de número de unidades escolares da Educação Infantil; Análise de demanda regional para planejamento do atendimento no município; .	Ampliação da oferta de vagas nas escolas existentes - Abertura de 27 novas classes de Educação Infantil, ampliação de 525 vagas.	Secretaria de Educação e Cidadania	01/01/2017	31/05/2017	MUNICIPAL	
			EMEI Professora Maria Aparecida Candelária Bernardes Ottoboni - Entrega da obra e início das atividades com oferta de 600 vagas.	Secretaria de Educação e Cidadania	01/01/2017	07/08/2017	FNDE/Estado	Diferentes secretarias (secretaria de Obras, Secretaria da Educação, Estado e Federal)

RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
			EMEI Professora Rosana Scarpel da Silva - Entrega da obra e início das atividades com oferta de 217 vagas.	Secretaria de Educação e Cidadania	01/01/2017	24/04/2017	MUNICIPAL	Diferentes secretarias (secretaria de Obras, Secretaria da Educação, Estado e Federal)
			EMEI Professora Denise Prates Fernandes Rocha - Residencial Monterrey - Entrega da obra e início das atividades com oferta de 720 vagas.	Secretaria de Educação e Cidadania	01/01/2017	31/08/2017	ESTADUAL	Diferentes secretarias (secretaria de Obras, Secretaria da Educação, Estado e Federal)
			EMEI Jardim Santa Edwiges - Entrega da obra e início das atividades com oferta de 400 vagas.	Secretaria de Educação e Cidadania	01/01/2017	31/08/2017	ESTADUAL	Diferentes secretarias (secretaria de Obras, Secretaria da Educação, Estado e Federal)
			EMEI Pinheirinho - Entrega da obra e início das atividades com oferta de 750 vagas	Secretaria de Educação e Cidadania	01/01/2017	28/02/2018	ESTADUAL	Diferentes secretarias (secretaria de Obras, Secretaria da Educação, Estado e Federal)
			Ampliação de vagas - I - Ampliação de vagas na unidade escolar: EMEI Doroti da Silva Cunha - 150 vagas	Secretaria de Educação e Cidadania	01/05/2017	31/01/2018	MUNICIPAL	Diferentes secretarias (secretaria de Obras, Secretaria da Educação, Estado e Federal)

RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
			Ampliação de vagas - II - Ampliação de vaga na unidade escolar: EMEI Febrônio Pereira Gomes - 120 vagas	Secretaria de Educação do Cidadania	01/05/2017	31/01/2018	MUNICIPAL	Diferentes secretarias (secretaria de Obras, Secretaria da Educação, Estado e Federal)
			Ampliação de vagas - III - Ampliação de vagas na unidade escolar: IMI "Professora Diméia Maria Ferreira Diniz Endo" - 80 vagas	Secretaria de Educação Cidadania	02/01/2018	30/01/2019	ESTADUAL	Diferentes secretarias (secretaria de Obras, Secretaria da Educação, Estado e Federal)
			Ampliação de vagas - XII - Ampliação de vagas na unidade escolar: EMEI "Profª Rosana Sarpel" - 80 vagas	Secretaria de Educação Cidadania	01/02/2018	30/06/2019	ESTADUAL	Diferentes secretarias (secretaria de Obras, Secretaria da Educação, Estado e Federal)
			Ampliação da oferta de vagas nas escolas existentes - 2018 - Abertura de 51 novas classes de Educação Infantil com ampliação de 1000 vagas	Secretaria de Educação Cidadania	01/02/2018	30/06/2018	ESTADUAL	Diferentes secretarias (secretaria de Obras, Secretaria da Educação, Estado e Federal)

RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
			Ampliação de vagas - IX - Ampliação de vagas na unidade escolar IMI Pousada do Vale - 40 vagas	Secretaria de Educação Cidadania	01/02/2018	30/01/2019	ESTADUAL	Diferentes secretarias (secretaria de Obras, Secretaria da Educação, Estado e Federal)
			Ampliação de vagas - VII - Ampliação de vagas na unidade escolar:	Secretaria de Educação Cidadania	01/03/2018	30/01/2019	ESTADUAL	Diferentes secretarias (secretaria de Obras, Secretaria da Educação, Estado e Federal)
			EMEI Profª Maria Dias Elza Mendonça - 150 vagas					
			Ampliação de vagas - IV - Ampliação de vagas na unidade escolar: EMEI "Professor Luiz Sundfeld" - 150 vagas	Secretaria de Educação Cidadania	01/03/2018	30/01/2019	ESTADUAL	Diferentes secretarias (secretaria de Obras, Secretaria da Educação, Estado e Federal)
			Ampliação de vagas - V - Ampliação de vagas na unidade escolar: EMEI "Jardim Morumbi" - 150 vagas	Secretaria de Educação Cidadania	01/03/2018	30/01/2019	ESTADUAL	Diferentes secretarias (secretaria de Obras, Secretaria da Educação, Estado e Federal)

RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
			Ampliação de vagas - VI - Ampliação de vagas na unidade escolar: EMEI "Professor José Antero Cursino dos Santos" - 150 vagas	Secretaria de Educação Cidadania	01/03/2018	30/01/2019	ESTADUAL	Diferentes secretarias (secretaria de Obras, Secretaria da Educação, Estado e Federal)
			Ampliação de vagas - XI - Ampliação de vagas na unidade escolar: EMEI Sandra Regina de Almeida Paulo - 40 vagas	Secretaria de Educação Cidadania	05/03/2018	02/05/2018	ESTADUAL	Diferentes secretarias (secretaria de Obras, Secretaria da Educação, Estado e Federal)
			Ampliação de vagas - X - Ampliação de vagas na unidade escolar: EMEI Prof. Elza Ferreira Rahal - 150 vagas	Secretaria de Educação Cidadania	14/03/2018	23/07/2018	ESTADUAL	Diferentes secretarias (secretaria de Obras, Secretaria da Educação, Estado e Federal)
			Ampliação de vagas - VIII - Ampliação de vagas na unidade escolar: IMI "Arnilinda Locatelli de Macedo" - 70 vagas	Secretaria de Educação Cidadania	01/04/2018	30/01/2019	ESTADUAL	Diferentes secretarias (secretaria de Obras, Secretaria da Educação, Estado e Federal)

RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
			Ampliação de vaga - XIV - Ampliação de vaga com a construção de unidade escolar para atendimento de educação infantil: Santa Hermínia - 900 vagas	Secretaria de Educação e Cidadania	01/04/2018	30/12/2020	ESTADUAL	Diferentes secretarias (secretaria de Obras, Secretaria da Educação, Estado e Federal)
			Ampliação de vaga - XV - Ampliação de vaga na unidade escolar: IMI Flávio Lenzi - 70 vagas	Secretaria de Educação e Cidadania	01/05/2018	30/01/2019	ESTADUAL	Diferentes secretarias (secretaria de Obras, Secretaria da Educação, Estado e Federal)
			Ampliação de vagas - XIII - Ampliação de vagas com a reforma do prédio escolar: Ignês Sagula - 200 vagas	Secretaria de Educação e Cidadania	01/05/2018	30/01/2019	ESTADUAL	Diferentes secretarias (secretaria de Obras, Secretaria da Educação, Estado e Federal)
			Ampliação da oferta de vagas nas escolas existentes - Abertura de 43 novas classes de Educação Infantil, ampliação de 1312 vagas.	Secretaria de Educação e Cidadania	11/08/2019	17/04/2020	ESTADUAL	Diferentes secretarias (secretaria de Obras, Secretaria da Educação, Estado e Federal)

RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
			Novas construções: Mesquita/interlagos, 15 salas, 900 vagas; Set Ville 15 salas, 900 vagas; Dom Pedro, 15 salas, 900 vagas; Jardim São Jose II 11 salas, 440 vagas; Bosque dos Eucalíptos 7 salas, 300 vagas; Paineiras 7 salas, 300 vagas	Secretaria de Educação e Cidadania	11/07/2019	31/12/2020	ESTADUAL	Diferentes secretarias (secretaria de Obras, Secretaria da Educação, Estado e Federal)

Área temática:	Acesso a Educação de qualidade							
Nome do Projeto: Ensino Fundamental- Anos Iniciais e Finais: Desempenho								
Problema central: Alto índice de alunos que apresentam rendimento insatisfatório no componente curricular de Matemática: 18% dos alunos dos Anos Iniciais e 34% dos alunos dos Anos Finais.								
Objetivo de impacto: Reduzir em 50% o número de alunos com desempenho insatisfatório no componente curricular em Matemática.								
ODS ASSOCIADOS:			METAS ODS ASSOCIADAS:	4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática				
RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
Melhorar a proficiência dos alunos em Matemática; Diminuir o número de alunos com	Planilhas da evolução da escrita numérica do 1º Ano e planilha de Conselho	Monitorar e acompanhar as planilhas de diagnósticos e resultados ao final de cada	Acompanhamento e monitoramento bimestral e anual dos dados das planilhas referentes as escritas numéricas e planilhas de Conselho Participativo de Classe (Anos Iniciais e Finais);	Secretaria de Educação e Cidadania	1/2/2018	1/12/2029	MUNICIPAL	Coordenadoria dos Anos Iniciais, Equipe Gestora da Escola e Professores
Rendimentos insatisfatórios; Estimular processos ensino aprendizagem em Matemática.	Participativo de Classe. (SISTAE, SAEB E SARESP)	bimestre. (SISTAE, SAEB E SARESP)	Produção de materiais orientadores para apoios pedagógicos;	Secretaria de Educação e Cidadania	1/2/2018	1/12/2029	MUNICIPAL	Coordenadoria dos Anos Iniciais, Equipe Gestora da Escola e Professores
			Monitoramento por meio de visitas periódicas à unidade escolar, a prática pedagógica, focando o auxílio, intervenção e orientação;	Secretaria de Educação e Cidadania	1/2/2018	1/12/2029	MUNICIPAL	Coordenadoria dos Anos Iniciais, Equipe Gestora da Escola e Professores


RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
			Promoção de seminários e socialização de boas práticas de alfabetização Matemática;	Secretaria de Educação Cidadania	1/2/2019	1/12/2029	MUNICIPAL	Coordenadoria dos Anos Iniciais, Equipe Gestora da Escola e Professores
			Acompanhamento para subsidiar a prática docente no Ensino Regular e Recuperação Intensiva (Formação para os professores e Orientadores de Escola Pedagógico);	Secretaria de Educação Cidadania	1/2/2018	1/12/2029	MUNICIPAL	Coordenadoria dos Anos Iniciais, Equipe Gestora da Escola e Professores
			Contratação de assessorias aos Orientadores de Escola Pedagógico e Orientadores de Ensino, com especialistas na área de Matemática, fortalecendo as intervenções e práticas voltadas à matemática nas Unidades Escolares.	Secretaria de Educação Cidadania	1/2/2017	1/12/2029	MUNICIPAL	Coordenadoria dos Anos Iniciais, Equipe Gestora da Escola e Professores

Área temática:		Acesso a Educação de Qualidade							
Nome do Projeto: Ensino Fundamental- Anos Iniciais: Desempenho									
Problema central: Aproximadamente 1/4 dos alunos (23,5%) ao término dos 2º Anos não estão alfabetizados.									
Objetivo de impacto: Alfabetizar 100% dos alunos ao final do 2º Ano.									
ODS ASSOCIADOS:				METAS ODS ASSOCIADAS:		4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes			
RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS	
					INÍCIO	TÉRMINO			
Aumentar o número de alfabetizados ao final do 2ºAno, principalmente em escola com maior situação de vulnerabilidade ou risco social.	Planilhas da evolução das hipóteses de escrita nos 2ºAnos; Índice médio de alunos alfabetizados ao final de cada ano.	Monitorar e acompanhar as planilhas de diagnósticos e resultados ao final de cada bimestre.	Acompanhamento e monitoramento bimestral e anual dos dados de hipóteses de escrita (sondagem unidade escolar);	Secretaria de Educação e Cidadania	1/2/2019	1/2/2029	MUNICIPAL	Coordenadoria Pedagógica dos Anos Iniciais, Equipe Gestora da Escola e Professores	
			Produção de materiais orientadores para apoios pedagógicos;	Secretaria de Educação e Cidadania	1/2/2019	1/2/2029	MUNICIPAL	Coordenadoria Pedagógica dos Anos Iniciais, Equipe Gestora da Escola e Professores	
			Adesão ao Programa Mais Alfabetização;	Secretaria de Educação e Cidadania	1/2/2018	1/12/2020	FEDERAL	Coordenadoria Pedagógica dos Anos Iniciais, Equipe Gestora da Escola e Professores	
			Monitoramento por meio de visitas periódicas à unidade escolar, a prática pedagógica, focando o	Secretaria de Educação e Cidadania	1/2/2018	1/2/2028	MUNICIPAL	Coordenadoria Pedagógica dos Anos Iniciais, Equipe Gestora da Escola e Professores	
			auxílio, intervenção e orientação;						

RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
			Promoção de seminários e socialização de boas práticas de alfabetização;	Secretaria Educação Cidadania	1/2/2019	1/2/2029	MUNICIPAL	Coordenadoria Pedagógica dos Anos Iniciais, Equipe Gestora da Escola e Professores
			Promoção das assessorias aos Orientadores de Escola Pedagógico e Orientadores de Ensino, com especialistas na área de Alfabetização, fortalecendo as intervenções e práticas voltadas à alfabetização nas Unidades Escolares;	Secretaria Educação Cidadania	1/2/2018	1/12/2029	MUNICIPAL	Coordenadoria Pedagógica dos Anos Iniciais, Equipe Gestora da Escola e Professores
			Acompanhamento para subsidiar a prática docente no Ensino Regular e Recuperação Intensiva (Formação para os professores e Orientadores de Escola Pedagógico);	Secretaria Educação Cidadania	1/2/2017	1/12/2029	MUNICIPAL	Coordenadoria Pedagógica dos Anos Iniciais, Equipe Gestora da Escola e Professores
			Construção e implementação do processo de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental que reconheça as características da primeira infância articulados ao processo do Ensino Fundamental	Secretaria Educação Cidadania	1/2/2018	1/12/2029	MUNICIPAL	Coordenadoria ds Anos Iniciais e Educação Infantil, Equipe Técnica da Secretaria de Educação e Cidadania, Equipe Gestora da Escola e Professores

Área temática: 12) Iniciação profissional								
Nome do Projeto: Qualificação profissional de adolescentes e jovens								
Problema central: Necessidades de educação profissional para adolescentes e jovens								
Objetivo de impacto: Diversificar a oferta de qualificação profissional								
ODS ASSOCIADOS:			METAS ODS ASSOCIADAS:	<p>4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade</p> <p>4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo</p> <p>4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade</p>				
RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
Diversificação da oferta de educação profissional para adolescentes e jovens	Números de cursos ofertados; número de modalidades de cursos ofertados; oferta de qualificação profissional	BI/relatórios periódicos	Realizar diagnóstico da oferta de educação profissional de adolescentes e jovens	Secretaria de Inovação e Desenvolvimento / FUNDHAS	1/8/2019	1/8/2020	Municipal	Secretaria de Inovação e Desenvolvimento /FUNDHAS
			integrar observatório de trabalho e emprego as ações de educação profissional de adolescentes e jovens	Secretaria de Inovação e Desenvolvimento / FUNDHAS	1/8/2019	1/8/2029	Municipal	Secretaria de Inovação e Desenvolvimento /FUNDHAS

RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
	realizada pela CEPHAS		articular os programas de juventude junto a educação profissional	Secretaria de Inovação e Desenvolvimento / FUNDHAS / Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida	1/8/2019	1/8/2029	Municipal	Secretaria de Inovação e Desenvolvimento / FUNDHAS
			diversificar oferta de educação profissional para adolescentes e jovens	Secretaria de Inovação e Desenvolvimento / FUNDHAS	1/2/2017	1/2/2029	Municipal	Secretaria de Inovação e Desenvolvimento / FUNDHAS
			ampliar a atuação do CEPHAS - Centro de Educação Profissional Hélio Augusto de Souza	FUNDHAS	1/2/2017	1/2/2029	Municipal /Federal	Secretaria de Inovação e Desenvolvimento / FUNDHAS

Área temática:	18) Trabalho infantil							
Nome do Projeto: Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil								
Problema central: Crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil								
Objetivo de impacto: Reduzir, prevenir e proteger crianças e adolescentes de situações de trabalho infantil.								
ODS ASSOCIADOS:			METAS ODS ASSOCIADAS:	8.7 Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças e adolescentes, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas				
RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
Redução do número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil.	Número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil ; número de crianças e adolescentes inseridos na rede de serviços.	Através de Relatórios Mensais de Atendimento e consulta a Sistemas (RMA, Cad. Único, SINAN, SISC, SIMPETI, SED, DECA, TRIAGEM, entre outros)	Elaboração de Plano Municipal Intersetorial de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, conforme os eixos estruturantes (Informação/Mobilização, Identificação, Proteção, Defesa e Responsabilização e Monitoramento) das ações estratégicas do PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; Aprovação do Plano pelo CMDCA	Comissão Municipal Intersetorial de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil	1/2/2018	1/12/2019	Municipal e Federal	Comissão Municipal Intersetorial de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (Secretarias de Apoio Social ao Cidadão; Educação e Cidadania; Esporte e Qualidade de Vida; Saúde; FUNDHAS, Conselho Tutelar e CMDCA).
			Reuniões mensais da Comissão Municipal Intersetorial de Prevenção e Erradicação do	Comissão Municipal Intersetorial de	1/2/2018	1/2/2028	Municipal	Comissão Municipal Intersetorial de Prevenção e Erradicação do Trabalho

RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
			Trabalho Infantil	Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil				Infantil
			Realização de parcerias com Sistema de Garantia de Direitos e OSC's para identificação e garantia de proteção social a crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil	Secretaria de Apoio Social ao Cidadão, Secretaria de Educação e Cidadania, Secretaria de Saúde, Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida e Fundhas.	1/2/2016	1/2/2028	Municipal e Federal	Secretaria de Apoio Social ao Cidadão, Secretaria de Educação e Cidadania, Secretaria de Saúde, Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida e Fundhas.

RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
			Construção coletiva de fluxos, protocolos e procedimentos referentes ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil	Comissão Municipal Intersetorial de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil	1/2/2018	1/12/2020	Municipal	Comissão Municipal Intersetorial de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
			Realização de campanhas educativas, divulgação e distribuição de materiais informativos	Secretaria de Apoio Social ao Cidadão, Secretaria de Educação e Cidadania, Secretaria de Saúde, Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida, Fundhas e CMDCA.	1/2/2018	1/2/2028	Municipal	Comissão Municipal Intersetorial de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
			Acompanhamento social às famílias de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil	Secretaria de Apoio Social ao Cidadão	1/2/2016	1/2/2026	Municipal	Comissão Municipal Intersetorial de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, CREAS
			Realização de capacitação continuada destinada aos membros da comissão municipal intersectorial e profissionais da rede de serviços do município.	Secretaria de Apoio Social ao Cidadão, Secretaria de Educação e Cidadania, Secretaria de Saúde, Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida, Fundhas e CMDCA.	1/2/2019	1/2/2029	Municipal e Federal	Secretaria de Apoio Social ao Cidadão, Secretaria de Educação e Cidadania, Secretaria de Saúde, Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida, Fundhas e CMDCA.

RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
			Monitoramento e Avaliação para sistematização das informações e acompanhamento das ações estabelecidas no Plano Municipal Intersetorial de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil	Secretaria de Apoio Social ao Cidadão/ vigilância socioassistencial e Secretaria de Saúde/Vigilância Epidemiológica	1/2/2016	1/2/2026	Municipal e Federal	Comissão Municipal Intersetorial de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
			Criação de portaria para garantia de inserção imediata de crianças e adolescentes em situações de trabalho infantil em atividades de contra turno escolar	FUNDHAS	15/08/2019	01/12/2019	Municipal	Secretarias de Saúde, Educação e Cidadania, Apoio Social ao Cidadão, Esporte e Qualidade de Vida, CMDCA, Comissão Intersetorial de Prevenção e Enfrentamento da Violência e Conselho Tutelar
			Articular as ações da educação profissional em prol da prevenção e erradicação do trabalho infantil	FUNDHAS / CEPHAS	15/08/2019	01/12/2029	Municipal	FUNDHAS / CEPHAS/ Secretarias de Apoio Social ao Cidadão e Educação e Cidadania
			Acompanhamento e Monitoramento da frequência e evasão escolar com intervenção do serviço de orientação educacional	Secretaria de Educação e Cidadania	01/02/2018	01/12/2029	Municipal	Secretaria de Educação e Cidadania / Conselho Tutelar

Área temática:	5) Atenção a crianças e adolescentes com deficiências físicas e/ou mentais							
Nome do projeto:	Inclusão Social de Crianças e Adolescentes com Deficiência							
Problema central:	Crianças e Adolescentes com deficiência que não acessam a rede de serviços							
Objetivo do Impacto:	Propiciar e ampliar o acesso de crianças e adolescentes na rede de serviços							
ODS ASSOCIADOS:			METAS ODS ASSOCIADAS:		<p>4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade</p> <p>8.5 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor</p> <p>10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra</p>			
RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
Garantir o acesso e permanência de crianças e adolescentes com deficiência, na rede de serviços setoriais (Assistência Social, Saúde, Educação,	Número de crianças e adolescentes inseridos nos serviços do município; Evolução das aprendizagens; Índice de	Através de Sistemas por Registro/Matrícula/Atendimento/Relatórios, Relatório de acompanhamento da evolução das	Criação de Comissão Intersetorial	Secretaria de Apoio Social ao Cidadão	01/10/2019	03/02/2020	Municipal	Secretaria de Apoio social ao cidadão, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Cidadania, Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida, Secretaria de Mobilidade Urbana, CMDCA, Fundação Cultural Cassiano Ricardo, Conselho Tutelar e Fundhas.

RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
Esporte e Lazer, Cultura, Transporte, etc), melhoria na qualidade de vida e evolução das habilidades e competências físicas, cognitiva, social, afetiva e culturais	Frequência no s serviços	aprendizagens; Planilha do número de alunos com deficiência matriculados na Educação Básica da Rede Municipal.	Realização de ações de busca ativa e identificação de crianças e adolescentes com deficiência	Secretaria de Apoio social ao cidadão	2/1/2016	2/1/2026	Municipal e Federal	Secretaria de Apoio social ao cidadão, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Cidadania, Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida, Mobilidade Urbana e Fundhas.
			Mapeamento e diagnóstico de crianças e adolescentes com deficiência no município	Comissão Intersetorial	2/1/2019	2/1/2020	Municipal	Secretaria de Apoio social ao cidadão, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Cidadania, Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida, Mobilidade Urbana, Fundhas, Conselho tutelar, CMPCD e CMDCA.
			Elaboração do plano de ações intersetoriais para garantir o acesso e permanência de crianças e adolescentes com deficiência na rede de serviços	Comissão Intersetorial	2/1/2019	2/1/2020	Municipal	Secretaria de Apoio social ao cidadão, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Cidadania, Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida, Mobilidade Urbana, Fundhas, Conselho tutelar, CMPCD e CMDCA.

RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
			Ampliação do quadro de profissionais de saúde (Neurologistas infantil, psiquiatra infantil, enfermeiros, psicólogos, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional); Profissionais de Esporte (Professores de Ed. Física especializados e estagiários de Ed. Física); Profissionais de Assistência Social (Assistentes Sociais); Profissionais de Educação (orientadores de ensino de educação especial)	Secretarias de Saúde, Esporte e Qualidade de Vida, Apoio Social ao Cidadão e Educação e Cidadania	2/1/2018	2/1/2026	Municipal	Secretarias de Saúde, Esporte e Qualidade de Vida, Apoio Social ao Cidadão e Educação e Cidadania
			Extinção das salas especiais e implementação de salas multifuncionais para atendimento dos alunos na Educação Básica	Secretaria Educação e Cidadania	1/2/2016	1/12/2019	Municipal	Secretaria Educação e Cidadania

		Implementação de materiais e recursos didáticos adaptados como parques, acessibilidade, materiais de alfabetização, esporte, lazer e cultura	Secretarias de Educação e Cidadania, Esporte e Qualidade de Vida, Fundação Cultural Cassiano Ricardo, Fundhas	1/2/2018	1/12/2029	Municipal	Secretarias de Educação e Cidadania, Esporte e Qualidade de Vida, Fundação Cultural Cassiano Ricardo, FUNDHAS
--	--	--	---	----------	-----------	-----------	---

RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
			Ampliar as condições de acessibilidade do município (calçadas, rampas, transportes, sinalizações, espaços públicos, meios de comunicação e informação)	Secretaria de Apoio social ao cidadão, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Cidadania, Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida, Secretaria de Mobilidade Urbana, CMDCA, Fundação Cultural Cassiano Ricardo, Conselho Tutelar e Fundhas.	1/2/2018	1/2/2026	Municipal	Secretaria de Apoio social ao cidadão, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Cidadania, Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida, Secretaria de Mobilidade Urbana, CMDCA, Fundação Cultural Cassiano Ricardo, Conselho Tutelar e Fundhas.

RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
			Formação continuada específica com foco em diferentes deficiências para profissionais da rede de serviços que atuam com crianças e adolescentes	Secretaria de Apoio social ao cidadão, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Cidadania, Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida , Secretaria de Mobilidade Urbana , CMDCA, Fundação Cultural Cassiano Ricardo, Conselho Tutelar e Fundhas.	2/1/2018	2/1/2026	Municipal	Secretaria de Apoio social ao cidadão, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Cidadania, Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida , Secretaria de Mobilidade Urbana , CMDCA, Fundação Cultural Cassiano Ricardo, Conselho Tutelar e Fundhas.

		Continuidade do Programa BPC na Escola; aplicação de questionários ; atuação de Grupo Gestor Local (Assistência social, Educação, Saúde, Mobilidade Urbana e Fundhas)	Secretaria de Apoio Social ao Cidadão	27/8/2018	1/12/2028	Municipal e Federal	Grupo Gestor Local (Assistência social, Educação, Saúde, Mobilidade Urbana e Fundhas)
--	--	---	---------------------------------------	-----------	-----------	---------------------	---

RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
			Monitoramento e Avaliação dos indicadores de resultados	Comissão PPAC	2/1/2018	2/1/2026	Municipal Federal	Comissão Intersetorial
			Reorganização/Adequação dos fluxos e ampliação da oferta (RH, serviços e materiais) em reabilitação e saúde mental	Secretaria de Saúde	2/1/2016	2/1/2026	Municipal	Secretaria de Saúde
			Parceria de atendimento com a saúde , esporte, SASC;	Secretaria de Educação e Cidadania/ Saúde/ Esporte	01/02/2019	01/12/2029	MUNICIPAL	Secretaria de Educação e Cidadania/Saúde/ Esporte
			Encaminhamentos, direcionamentos para atendimentos com os especialistas;	Secretaria de Educação e Cidadania/Saúde/ Esporte	01/02/2019	01/12/2029	MUNICIPAL	Secretaria de Educação e Cidadania/ Saúde/ Esporte
			Ampliação da equipe	Secretaria de Educação e Cidadania/ Coordenadoria	01/02/2018	01/12/2019	MUNICIPAL	Secretaria de Educação e

			Orientadores de Ensino Educação Especial;	Especial					Cidadania
			Formação específica com foco em diferentes deficiência para os professores da sala de recursos, professores dos Anos Iniciais e gestores (Orientadores de Escola Pedagógico e Educacionais).	Coordenadoria Educação Especial E Orientadores De Ensino	01/02/2018	01/12/2029	MUNICIPAL		Coordenadoria De Educação Especial

Área temática:	Esporte e Lazer								
Nome do Projeto: Ampliação das atividades esportivas comunitárias oferecidas pela Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida									
Problema central: Baixa oferta de atividade esportiva comunitária e de lazer para crianças e adolescentes em bairros com alta vulnerabilidade social.									
Objetivo de impacto: Ampliar o atendimento em 20% de atividades esportivas e comunitárias no Município									
RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS	
					INÍCIO	TÉRMINO			
Ampliação da oferta de atividades esportivas e de lazer em bairros ainda não atendidos. Ampliação do número de crianças e adolescentes nas atividades esportivas e de lazer ofertadas pela SEQV.	Número de atividades esportivas e de lazer. Número de alunos (crianças e adolescentes) participantes na faixa etária em questão.	Relatórios mensais por modalidade e frequência dos alunos efetivamente matriculados.	Mapeamento e identificação dos equipamentos existentes nos bairros do município com alta vulnerabilidade social.	Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida.	1/1/2019	1/12/2029	Municipal	Divisão de Atividades Esportivas e Comunitárias - DAEC Secretaria de Educação e Cidadania.	
			Adequação das áreas que possam ser utilizadas para implantação e desenvolvimento das atividades esportivas e de lazer oferecidas.	Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida.	30/6/2020	31/12/2030	Municipal	Divisão de Atividades Esportivas e Comunitárias - DAEC Secretaria de Educação e Cidadania.	
			Aditamento para ampliação do contrato de prestação de serviços da Organização Social (OS) que contrata coordenadores e profissionais de Educação Física.	Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida.	16/3/2022	15/3/2030	Municipal	Divisão de Atividades Esportivas e Comunitárias - DAEC	

			Monitoramento das atividades implantadas e acompanhamento da proposta de ampliação dos atendimentos.	Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida.	16/3/2020	15/3/2030	Municipal	Divisão de Atividades Esportivas e Comunitárias - DAEC
--	--	--	--	--	-----------	-----------	-----------	--

Área temática:	Esporte e Lazer							
Nome do Projeto: Ampliação do limite de idade para participação no Projeto Atleta Cidadão								
Problema central: Baixa oferta das modalidades esportivas de alto rendimento para adolescentes e jovens entre 16 e 20 anos.								
Objetivo de impacto: Ampliar a oferta das modalidades esportivas de alto rendimento para a faixa etária de 16 à 20 anos								
RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
Aumentar o número de adolescentes e jovens participantes nas equipes das modalidades esportivas de alto rendimento	Número de adolescentes e jovens ingressantes e participantes nas equipes das modalidades esportivas de alto rendimento	Planilhas e relatórios descritivos por modalidades	Identificação e ampliação das modalidades e categorias que possuem a lacuna em relação a idade alvo desta proposta.	Secretaria De Esporte E Qualidade De Vida	1/8/2018	31/12/2028	MUNICIPAL	Divisão de Atividades Esportivas e Comunitárias, Programa Atleta Cidadão e Diretoria de Alto Rendimento
			Ampliação da carga horária do quadro de profissionais especialistas que atuam no Projeto Atleta Cidadão e Fadenp	Secretaria De Esporte E Qualidade De Vida	1/2/2020	31/12/2030	MUNICIPAL	Divisão de Atividades Esportivas e Comunitárias, Programa Atleta Cidadão e Diretoria de Alto Rendimento
			Articulação com instituições parceiras que atendem adolescentes para realização seletivas	Secretaria De Esporte E Qualidade De Vida	1/2/2018	1/12/2028	MUNICIPAL	Secretarias Esporte e Qualidade de Vida, Apoio Social ao Cidadão, Diretoria de Ensino e FUNDHAS

			Monitoramento das modalidades e categorias implantadas e acompanhamento pedagógico da proposta de ampliação dos atendimentos.	Secretaria De Esporte E Qualidade De Vida	1/2/2020	31/12/2030	MUNICIPAL	Divisão de Atividades Esportivas e Comunitárias, Programa Atleta Cidadão e Diretoria de Alto Rendimento
--	--	--	---	---	----------	------------	-----------	---

Área temática: Promoção de Vidas Saudáveis								
Nome do Projeto: Alimentação saudável								
Problema central: Consumo em excesso de alimentos ultraprocessados e complicações para saúde de uma alimentação não saudável								
Objetivo de impacto: Reduzir o consumo de alimentos ultraprocessados por crianças e adolescentes e promover vidas saudáveis								
RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
Ampliar e instituir hábitos de alimentação saudável para que crianças e adolescentes possam fazer melhores escolhas alimentares para promoção de saúde.	Número de Crianças e Adolescentes com IMC de crianças e adolescentes	Sistema e Registros da Saúde, Atas de reuniões do Conselho de Alimentação Escolar,	Elaboração do cardápio equilibrado, variado, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis pela equipe técnica de nutricionistas.	Secretaria de Educação e Cidadania	1/6/2017	31/12/2029	Municipal e Federal	Merenda
			Elaboração de cardápio nos casos que necessitam de intervenção dietoterápica.	Secretaria de Educação e Cidadania	1/6/2017	31/12/2029	Municipal e Federal	Merenda
			Exclusão de bebidas de baixo valor nutricional, restrição de oferta de alimentos prontos para consumo, restrição da oferta de açúcares e restrição da oferta de sódio.	Secretaria de Educação e Cidadania	1/6/2017	31/12/2029	Municipal e Federal	Merenda

		Ampliação da oferta de frutas e hortaliças, ações de educação de alimentação e nutrição e oferta de alimentos conforme nível de ensino/faixa etária.	Secretaria de Educação e Cidadania	1/6/2017	31/12/2029	Municipal e Federal	Merenda
--	--	--	------------------------------------	----------	------------	---------------------	---------


RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
			Implementação de Educação Alimentar por meio de palestra, atividades complementares como desenvolvimento de hortas, compostagem para os alunos da Rede Municipal de Ensino.	Secretaria de Educação e Cidadania	1/6/2017	31/12/2029	Municipal Federal	Secretaria de Saúde, Educação e Cidadania
			Apoio e incentivo aos produtores regionais e aquisição de gêneros da agricultura familiar com maior valor nutritivo para os alunos.	Secretaria de Educação e Cidadania	1/6/2017	31/12/2029	Municipal Federal	Secretaria de Educação e Cidadania

		Implementação das Ações do Conselho de Alimentação Escolar nomeados pelo Decreto Nº 17592 de 2017: Fiscalização das notas fiscais; Visitas as unidades Escolares; Acompanhamento dos testes de aceitabilidades e acompanhamentos dos processos de licitação.	Secretaria de Educação e Cidadania	1/6/2017	31/12/2029	Municipal	Secretaria de Educação Cidadania
		Semana Municipal de Promoção à Alimentação Saudável: Apresentação de teatro musical para as crianças ingressantes nos primeiros anos de todas as EMEFs.	Secretaria de Saúde	1/1/2010	31/12/2020	Municipal Federal	Secretaria de Educação Cidadania

RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
			Concurso de Curta Metragem em Promoção da Alimentação Saudável na Adolescência. Elaboração de vídeo por duplas de alunos matriculados entre os oitavos e nonos anos das EMEFs.	Secretaria de Saúde	1/1/2019	31/12/2020	Municipal Federal	Secretaria de Educação Cidadania

		Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutrição Sustentável - a coordenadora do Núcleo de Nutrição da Secretaria de Saúde foi eleita membro do poder público	Secretaria de Saúde	1/1/2017	31/12/2019	Municipal	Secretaria de Saúde e Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade
		Ampliação das hortas comunitárias nas Unidades Básicas de Saúde	Secretaria de Saúde	31/10/2017	1/12/2026	Municipal Federal	Secretaria de Saúde e Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade
		Roda de conversa sobre plantas alimentícias não convencionais	Secretaria de Saúde	31/10/2018	30/10/2028	Municipal Federal	Secretaria de Saúde e Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade

Área temática: 3) Atenção à saúde da criança
Nome do Projeto: Medidas para prevenção e redução dos óbitos de crianças
Problema central: Aumento da incidência de mortalidade infantil
Objetivo de impacto: Diminuição da incidência de mortalidade infantil

ODS ASSOCIADOS:			METAS ODS ASSOCIADAS:	<p>3.2 Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos</p> <p>3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar</p>					
RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS	
					INÍCIO	TÉRMINO			
Diminuição da incidência de mortalidade infantil	Incidência de mortalidade infantil	Indicador do município, relatórios dos sistemas da Saúde(GEINFO), segundo a Rede Cegonha	Investigação dos óbitos de crianças menores de 1 ano pelo Comitê Mortalidade Infantil / Comitê de Prevenção de Óbito Infantil e Fetal e de Sífilis Congênita	Secretaria de Saúde	1/2/2018	20/12/2029	Municipal	Secretaria de Saúde, Hospitais Públicos e Privados	
			Realização de ações de promoção e orientação do aleitamento materno	Secretaria de Saúde	1/2/2018	20/12/2029	Federal/Municipal	Secretaria de Saúde	
			Reativação de grupos de orientação familiar sobre a saúde da criança (puericultura, orientação alimentar e saúde da criança e do adolescente)	Secretaria de Saúde	1/2/2018	20/12/2029	Municipal	Secretaria de Saúde	

RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		

			Rede de parto centralizada, aumento dos leitos de maternidade, curso de gestante aberto oferecido pela rede pública, visita da gestante à maternidade, presença de acompanhante todo o período do pré-parto, parto e pós-parto primeira consulta do RN no 7º dia e da puérpera em até 40 dias na APS segundo Rede Cegonha	Secretaria de Saúde	1/2/2018	20/12/2029	Federal/Municipal	Secretaria de Saúde
			Ampliação das equipes de estratégia de família (mais duas equipes)	Secretaria de Saúde	1/2/2018	20/12/2029	Municipal	Secretaria de Saúde
			Garantir, ao menos, uma consulta odontológica durante o pré-natal, com agendamento das demais, conforme as necessidades individuais da gestante de acordo com Protocolo de Atendimento Odontológico a Gestante - Saúde Bucal.	Secretaria de Saúde	1/2/2018	20/12/2029	Municipal	Secretaria de Saúde

RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		

			Atendimentos de pré-natal de médio risco e acompanhamento de follow-up de de bebês de risco, além dos acompanhamentos específicos de algumas alterações referentes ao teste do pezinho como hipotireoidismo congênito e doença falciforme, todas as outras alterações são encaminhadas aos serviços especializados de referência (Unidade Casulo, RAPS, Reabilitação e especialidades)	Secretaria de Saúde	1/2/2017	20/12/2029	Municipal	Secretaria de Saúde
--	--	--	---	---------------------	----------	------------	-----------	---------------------

Área temática: 15 fortalecimento e assistência as famílias

Problema Central: Não previsão no Plano Municipal de Risco e Desastres Naturais as ações de prevenção e proteção de Crianças e adolescentes em caso de ocorrência de desastres naturais

Objetivo de impacto: Prevenção e proteção de crianças e adolescentes em situação de desastres naturais.

RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS (Etapa / Descrição)	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
Constar no Plano Municipal de Riscos e Desastres naturais as ações de prevenção e proteção de Crianças e adolescentes em caso de ocorrência de desastres naturais	Número de ações voltadas a proteção a crianças e adolescentes em situação de desastres naturais	Plano Municipal de Riscos e Desastres naturais reformulado	Reuniões da Assistência Social com a Defesa Civil	Secretaria de Apoio Social ao Cidadão	02/01/2020	02/01/2021	Municipal e Estadual	SASC e Secretaria de Proteção ao Cidadão

Fonte: Lei municipal nº 10.085, de 17 de fevereiro de 2020

